



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

AURA LUZ FERNANDEZ ABARCA

**Além do muro: Análise ecopolítica da segregação socioambiental das
Lomas de Pamplona, na periferia de Lima, Peru**

**Goiânia - GO
2020**

AURA LUZ FERNANDEZ ABARCA

Além do muro: Análise ecopolítica da segregação socioambiental das Lomas de Pamplona, na periferia de Lima, Peru

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - MDPT, da Escola de Gestão e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Área de concentração: Planejamento e desenvolvimento territorial.

Orientadora: Dra. Lucia Maria Moraes.

**Goiânia - GO
2020**

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

- A118a Abarca, Aura Luz Fernandez
Além do muro: análise ecopolítica da segregação
socioambiental
das Lomas de Pamplona, na periferia de Lima, Peru
/ Aura Luz Fernandez Abarca.-- 2020.
97 f.; il.
- Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Gestão e Negócios, Goiânia,
2020
Inclui referências: f. 89-97
1. Ecologia política. 2. Segregação urbana. 3. Periferias.
I.Moraes, Lucia Maria. II.Pontifícia Universidade
Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento
e Planejamento Territorial - 2020. III. Título.
- CDU: Ed. 2007 -- 502.14(043)

**Folha para assinatura
(posterior defesa)**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço aos meus pais, pelo amor incondicional pelo apoio em cada fase e em cada mudança de caminho.

Ao Edney Augusto, por ser o melhor companheiro de vida e por me ensinar todos os dias a não desistir.

A minha orientadora, Dr. Lucia Maria Moraes, por ter me oferecido sua valiosa orientação. Pela compreensão das limitações e pelo agradável companheirismo.

À Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em especial ao corpo docente do Mestrado e Desenvolvimento e Planejamento Territorial, por compartilhar seus conhecimentos.

À organização Lomas de Pamplona e ao assentamento humano Flor de Amancaes, por me confiar suas histórias.

Aos meus colegas de mestrado Francisco, Rafael, Rodolfo, Sandra, Leopoldo, Marco Túlio e Wanessa.

E aos amigos de sempre.

RESUMO

Existe uma necessidade de evidenciar os problemas mais comuns da expansão urbana, na América Latina. A região sofreu mudanças aceleradas sociais e econômicas que se refletem nas suas *urbes* pois elas estão impregnadas de história, mas também de acontecimentos atuais produtos de um sistema econômico desigual que gera segregação social e física. Esta pesquisa buscou avaliar e caracterizar os aspectos que geram e que também estão explícitos no espaço socialmente e ambientalmente segregado desde uma perspectiva ecopolítica a qual é considerada uma ferramenta de interpretação interdisciplinar de problemas socioambientais. Foi determinado um ponto de estudo na periferia urbana de Lima no Peru por apresentar uma variedade de fatores transversais que produzem complexas problemáticas socioambientais além de ser uma referência espacial e histórica de urbanização segregativa. Este ponto denominado Lomas de Pamplona possui um vestígio de um ecossistema natural do litoral Pacífico que interage com uma urbanização improvisada e socialmente segregada chamada Pamplona Alta que por sua vez limita com um dos bairros mais privilegiados da cidade-capital do país, Santiago de Surco. Neste ponto se desenvolveram diversos episódios de conflitos sociais, construiu-se um muro divisor entre as duas realidades urbanas. Os principais resultados deste trabalho ressaltam que o muro possui diversos impactos não só sociais, mas também ambientais que geraram diferentes respostas da população segregada. Optou-se pela metodologia de caráter descritivo e exploratório com apoio da pesquisa bibliográfica, observações *in-loco*, aplicação de entrevistas semiestruturadas a moradores e atores sociais. Com os dados se estruturaram esquemas de análise e organogramas de diagnóstico de conflitos e problemas a partir da matriz Pressão, Estado, Impacto e Respostas (PEIR). A principal conclusão ressalta a necessidade de abordar os problemas socioambientais da cidade de maneira holística pois os dilemas urbanos são gerados de forma sistêmica de forma interscalar por diferentes atores políticos, sociais, econômicos e até históricos.

Palavras-chave: Ecologia Política; Segregação socioambiental; periferia urbana.

ABSTRACT

There is a need to highlight the most common problems of urban expansion in the third world in times of globalization such as those in the Latin American region. The region has undergone accelerated social and economic changes that are reflected in its cities because they are steeped in history, but also in current events resulting from an unequal economic system that generates social and physical segregation. This work aims to evaluate and characterize the aspects that generate and that are also generated by the socially and environmentally segregated space from an ecopolitical perspective which is considered a tool for interdisciplinary interpretation of socio-environmental problems. A study point was determined in the urban periphery of Lima, Peru, as it presents a variety of transversal factors that produce complex socio-environmental problems, in addition to being a spatial and historical reference of segregative urbanization. This point called Lomas de Pamplona has a trace of a natural ecosystem on the Pacific coast that interacts with an improvised and socially segregated urbanization called Pamplona Alta, which in turn borders on one of the most privileged neighborhoods in the city. At this point, several episodes of social conflicts developed, a dividing wall was built between the two realities of the city. The main results of this work point out that the wall has several impacts, not only social, but also environmental that generated different responses from the segregated population. A descriptive and exploratory methodology was chosen with the support of bibliographic research, in-place observations, and application of semi-structured interviews to residents and social actors. With the data, analysis schemes and organization charts for diagnosing conflicts and problems were structured based on the Pressure, State, Impact and Responses (PEIR) matrix. The main conclusion emphasizes the need to address the socio-environmental problems of the city in a holistic way because urban dilemmas are generated in a systemic way interspersed by different political, social, economic and even historical actors.

Keywords: Political ecology; Social and environmental segregation; urban periphery.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: ECOLOGIA POLÍTICA E A CIDADE	17
1.1 Ecologia Política.....	17
1.2 A questão urbana. Ecologia política Urbana (EPU).....	20
1.3 Sobre segregação na cidade	23
1.4 O Ecossistema da pobreza	27
1.4 Matriz Pressão, Estado, Impacto e Respostas (PEIR) como análise ecopolítica.....	34
CAPÍTULO 2: O MURO COMO ESTRUTURADOR SOCIOAMBIENTAL	37
2.1 Breve histórico da segregação em Lima	37
2.2 Contrastes socioambientais de Lima metropolitana	38
2.3 O muro divisor da cidade legal e da cidade ilegal.	50
CAPÍTULO 3: BARREIRAS SÓCIO AMBIENTAIS: DESDE E POR TRÁS DO MURO.	60
3.1 Pamplona Alta.....	60
3.2 Dinâmicas com o ecossistema natural	69
3.3 Mobilização socioambiental como resposta a precariedade	73
CAPÍTULO 4: Geração e interpretação da matriz PEIR.	80
3.1 Interações encontradas.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	88

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1. População que pratica defecação ao ar livre (DAL) por países selecionados (%).....	31
Fig. 2. Interação PEIR	36
Fig. 3. Mapa de Localização de Lima.....	39
Fig. 4. Crescimento da periferia de Lima após 1950	44
Fig. 5. Mapa de vulnerabilidade sísmica de Lima.....	49
Fig. 6. Mapa distrital de Lima com destaque para os distritos de Santiago de surco e San Juan de Miraflores.	51
Fig. 7 Rua de Pamplona Alta.....	52
Fig. 8. Muro divisor.....	53
Fig. 9. Mapa de extensão do muro divisor nos limites do norte do distrito San Juan de Miraflores..	55
Fig. 10. Aramado no muro.....	56
Fig. 11. Construção mais recente do muro.....	58
Fig. 12. Localização do conjunto de moradias Pamplona Alta.	61
Fig. 13. Mototáxi adaptado.....	62
Fig. 14. Acumulação de lixo	64
Fig. 15. Cubículo usado como banheiro.	65
Fig. 16. Acesso à água em Pamplona Alta por bloco.....	66
Fig. 17. Camião Pipa subindo as ladeiras	67
Fig. 18. Tanque externo para guardar água	68
Fig. 19. Vestígio de Lomas Costeras em San Juan de Miraflores.....	70
Fig. 20. Moradias nas partes mais elevadas	71
Fig. 21. Pircas	72
Fig. 22. Contraste de cobertura de Lomas.	73
Fig. 23. Sistemas de captura de névoas.	74
Fig. 24. Grafite no local de encontro.	75
Fig. 25. Visitantes das Lomas de Pamplona.	76
Fig. 26. Integração das Lomas.....	78

Fig. 27. Interação dos elementos identificados na matriz PEIR. 81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Detalhamento dos componentes PEIR..... 34

Tabela 2. População e precipitação de megacidade na América Latina 45

Tabela 3 Tipo de descarte de esgoto em Lima.. 46

Tabela 4. Detalhamento de Pressão para as Lomas de Pamplona. 81

Tabela 5: Detalhamento do Estado para as Lomas de Pamplona. 82

Tabela 6: Detalhamento do Impacto para as Lomas de Pamplona..... 83

Tabela 7 Detalhamento da Resposta para as Lomas de Pamplona. 85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População que mora em tugúrios em América Latina e países selecionados	29
Gráfico 2. Número de carros a cada mil habitantes e número de carros registrados em uso entre 2005 e 2015... ..	33
Gráfico 3. Crescimento da população de Lima entre o século XX e	40

INTRODUÇÃO

As cidades consolidam grandes manifestações do *status quo* social. A temática urbana pode ter enfoques variados de estudo e por sua vez a conjugação desses consegue fornecer novos olhares e entendimentos de uma determinada problemática. A paisagem urbana carrega a interação da sociedade com a economia, a política, a cultura e a natureza. Tanto os resultados negativos ou positivos dessa interação são manifestados morfologicamente, portanto os produtos espaciais na sua essência são reflexos da sociedade. A segregação social é um reflexo, o qual é impregnado fortemente por tensões territoriais, assim explicita nesta pesquisa.

Após alguns trabalhos voluntários na periferia de Lima e estudar diferentes casos de precarização urbana no Brasil identificou que existe uma necessidade de evidenciar os problemas mais comuns da expansão urbana no terceiro mundo em tempos de globalização. Cidades de grande dinamismo como as da região da América Latina se apresentam como referência para estudos de urbanização contemporânea. É necessário considerar as especificidades de cada País, mas ressalta que a região sofreu mudanças aceleradas e inorgânicas de forma paralela que podem observar na execução das suas *urbes* especialmente em suas capitais, pois elas estão impregnadas de história, mas também de acontecimentos atuais produtos de um sistema econômico acelerado, mas cada vez mais desigual e insustentável.

Este trabalho teve como objetivo avaliar e caracterizar os aspectos que geram e que são gerados pelo espaço socialmente e ambientalmente segregado desde uma perspectiva ecopolítica a qual foi considerada neste trabalho como uma ferramenta de interpretação interdisciplinar de problemas socioambientais. O estudo não retrata a realidade de cada cidade latino-americana, mas pretende apresentar, com o local escolhido, uma representação do atual contexto do urbanismo desenvolvido pelos países latinos, pois verifica uma similitude e até uma repetição de problemas entre as cidades da região da América Latina.

Para abordar a segregação socioambiental como fenômeno da urbanização contemporânea foi determinado um ponto de estudo na periferia de Lima no Peru; este ponto constitui uma localidade que alberga um grupo de assentamentos humanos nos limites entre dois distritos da cidade de Lima (San Juan de Miraflores e Santiago de Surco), cabe ressaltar que o local escolhido. Embora esse ponto não represente de forma hegemônica as dinâmicas da cidade, apresenta uma variedade de fatores transversais que produziram complexas problemáticas socioambientais além de ser uma referência espacial e histórica de urbanização segregativa. Este ponto é denominado pela população “Lomas de Pamplona” e para entendê-lo devem ressaltar três aspectos que interagem entre eles de forma complexa: a urbanização precária desenvolvida pela população em extrema pobreza; os vestígios de um ecossistema natural em processo de degradação pela expansão da cidade; e uma barreira urbana socioambiental representada por um muro construído por parte do grupo social privilegiado da cidade para segregar o resto da população nos limites distritais. Após diversos episódios de conflitos sociais, construiu-se este muro divisor entre as duas realidades urbanas: uma realidade favorecida pelo Estado com urbanização planejada e outra empobrecida e adaptativa sem qualquer infraestrutura. Esse muro possui diversos impactos não só sociais, mas também ambientais, portanto, percebe-se uma necessidade de uma aproximação interdisciplinar.

A verificação da condição do espaço socialmente segregada foi obtida através da metodologia de caráter descritivo e exploratório com apoio de estudos bibliográficos, observações in-loco, enriquecido com aplicação de questionários semiestruturados realizados através de gravações digitais a moradores e atores sociais para compor esquemas de análise, sendo que as entrevistas visavam obter elementos qualitativos que complementassem os dados obtidos através do levantamento bibliográfico. Para o balanço de informações se optou pela geração de organogramas de diagnóstico de conflitos e problemas a partir da matriz Pressão, Estado, Impacto e Respostas (PEIR) desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente PNUMA (2004).

A dissertação foi dividida em 4 capítulos, além desta introdução. A estrutura visa proporcionar no começo uma análise sobre a relação da urbanização atual e a segregação. Posteriormente de maneira progressiva afunilar a análise até chegar à caracterização mais detalhada das consequências urbanas e a resposta do local socialmente discriminado pela população.

No primeiro capítulo apresentam as noções conceituais que desenvolvem a Ecologia Política como uma ferramenta interpretativa de diversos problemas socioambientais. Dentro da bibliografia consultada como de German e Palacio (2006) se denota a amplitude da abordagem ecológica, verificando que possui referencial além das ciências biológicas. Analisa-se também um percurso histórico sobre a conexão entre política e ecologia durante o século XX; e como essa conexão passou de uma fase radical para outra moderada e finalmente para uma fase multiescalar e reflexiva.

Observa-se que a problemática socioambiental possui elementos naturais, sociais e políticos que interatuam. O fator histórico é também relevante no debate em relação a problemas da conjuntura atual, nesse ponto ressaltam estudos da América Latina, pois apresentam a colonialidade como uma condição influente. A região apresenta uma ampla gama de conflitos socioambientais os quais não podem ser simplificados a um só setor de debate e, portanto, a ecologia política insere-se de maneira assertiva no pensamento crítico latino-americano.

A Ecologia política fornece também recortes para as problemáticas socioambientais das cidades; a Ecologia Política Urbana (EPU) perfila como um meio de análise das questões urbanísticas como: metabolismo, degradação e conflitos por recursos e serviços. Com apoio de Ruiz e Rodriguez (2016) deixa explícito que o contexto contemporâneo urbano da região latino-americana já que, apesar de um crescimento econômico promissor, nas últimas décadas se apresentam ocorrências de maneira constante de expansão desregada (megalopolização), desigual e segregacionista.

Aprofundou-se no fenômeno da segregação socioespacial e como esse, além de ser um estruturador físico, é também um elemento político. No levantamento bibliográfico se constatou que autores como Castells (1988), Lefebvre (1976), e

Lojkin (1986), objetivaram explicar o processo de segregação não como fenômeno natural, mas sim como um fenômeno social o qual além de diferenciar grupos sociais geram a coexistência de dois tipos de urbanização na mesma urbe: a cidade legal e a cidade ilegal.

A fim de exemplificar as perspectivas da Ecologia Política, desenvolveu-se uma breve caracterização desta cidade ilegal com ênfase na região da América Latina. A partir do levantamento de informações bibliográficas em outras produções acadêmicas e plataformas institucionais se analisam dados socioambientais qualitativos e quantitativos, assim como elementos históricos, políticos e sociais. Com isso aponta-se iniciar um debate diversificado sobre a produção cidade periférica e como a transdisciplinaridade fornecida pela perspectiva ecopolítica auxilia na compreensão de fenômenos urbanos que promovem a segregação.

O segundo capítulo analisa a cidade de Lima e sua interação com seus locais mais precários, especificamente com a localidade Lomas de Pamplona considerando o processo histórico de formação do território peruano e sua relação com a segregação socioambiental. Sendo elaborado uma breve explanação da relação da história do Peru e a discriminação da população pobre. Verificou-se com isso que existe uma base colonialista persistente nas dinâmicas urbanas. Como outras capitais do continente sul americano, a meados do século XX entrou na carreira da industrialização; obedecendo as dinâmicas do capitalismo e tendo como modelo referencial a realidade do primeiro mundo, procurando uma visibilidade favorável para as inversões e negócios internacionais que a globalização promove. Esse cenário gerou uma expansão vertiginosa a qual reforçou algumas das suas problemáticas históricas.

Entre essas problemáticas está a diferenciação socioespacial e a territorialização e recursos fomentada por determinados grupos sociais e atores políticos. Foram apontados dados qualitativos e quantitativos que demarcam as desigualdades entre os diferentes setores da cidade. Explanou-se também sobre os tipos de surgimento das urbanizações na época de expansão massiva da cidade e como esse fator demarcou o tipo de gestão administrativa e política de cada local. As diferenças drásticas do manejo do espaço geraram tensões sociais que

materializaram estruturas de desigualdade e separação física, a exemplo disso fez-se necessário apresentar o processo histórico do surgimento do muro que delimita as fronteiras do distrito de San Juan de Miraflores e Santiago de Surco; dois distritos altamente contrastantes socialmente.

O capítulo 3 para entender as consequências desse episódio buscou assinalar as consequências através de fatores tangíveis do espaço segregado. Apresenta as condições de vida dos habitantes do conjunto de assentamentos humanos da denominada zona Pamplona Alta a qual interage com Lomas de Pamplona. Existem outros distritos vulneráveis e outras zonas precárias dentro de San Juan de Miraflores, mas esse local foi escolhido pela sua proximidade com o muro viabilizando uma interação entre a segregação e o risco socioambiental.

Buscou aprofundar na questão ecológica natural do local explicando o que são as Lomas de Pamplona sua importância e suas vulnerabilidades. Além da sua importância ecológica para cidade menciona seu potencial econômico especialmente para as comunidades de Pamplona Alta e explicam como através da mobilização socioambiental visam melhores condições de vida através da preservação do meio ambiente.

Por último dispôs ponderar e entrelaçar os fatores, políticos, históricos, sociais e ambientais levantados do espaço segregado escolhido para análise através de organogramas explícitos no capítulo 4. A complexidade e a transdisciplinaridade do estudo requerem novas leituras estruturadas. A matriz Pressão, Estado, Impacto e Respostas (PNUMA, 2004) supre a necessidade de desenvolver esquemas que ressaltem as interações dos fatores abordados na pesquisa pois considera tanto as causas, consequências e respostas ante uma problemática socioambiental, ou seja, estabelece uma visão abrangente própria da Ecologia Política.

CAPÍTULO 1 – ECOLOGIA POLÍTICA E A CIDADE

1.1 Ecologia Política

Existe uma generalização sobre a abordagem da Ecologia, já que as ciências biológicas são relacionadas imediatamente a esse termo; o que gera um afastamento de outras ciências. A problemática socioambiental abrange um conjunto de diversos paradigmas e fatores que vão além da temática biológica. MacDowell (1989) explica que a palavra Eco na sua origem grega Oikos significa “casa” no sentido mais literal e material, o habitat da unidade social básica. Pois bem, neste trabalho optou-se pela perspectiva da Ecologia Política (E.P.); que objetiva a análise de todos os fatores que interferem nesse habitat que podem ser ambientais, sociais, econômicos, históricos e políticos.

Na década de 50 observa-se que ecólogos aproximam seus estudos a outras ciências além da biologia. Surgiram novos campos de interesse acadêmico que formaram as bases da ecologia política como a “sociobiologia” que transcende o conhecimento biológico para entender questões sociais ou a “economia ecológica” que analisa o meio ambiente como uma externalidade imprescindível; ou seja, esses campos se articulam considerando ecossistemas, comunidades e populações que são as bases da ecologia (GERMAN E PALACIO, 2006).

Na análise histórica de Jatobá, Cidade e Vargas (2009) a aproximação política da ecologia começou na década de 1970 quando diferentes autores da época centraram suas análises na pressão demográfica crescente sobre os recursos naturais assim como surgem também diferentes estudos que teorizam sobre a capacidade de uma população de viver de forma sustentável em um território, isto é, que vão além dos limites biológicos e não se enfocam em espécies determinadas, mas sim na interação da comunidade e os limites do seu ambiente. Os autores apontam que em diferentes períodos surgiram três abordagens distintas entre si que demarcaram a ligação entre política e ecologia, mas que coincidem em propor a sustentabilidade como condição de manutenção, sobrevivência e harmonia de todas as formas de vida na Terra; e que contrapõe ao desenvolvimento ecologicamente desequilibrado, economicamente instável e socialmente desigual.

A primeira abordagem é a Ecologia Radical que aparece com movimentos ambientalistas na segunda metade do século XX e se baseia no ecocentrismo no qual as atividades humanas são debeladas pelas leis naturais por não existir técnicas que consigam reverter seus impactos e, portanto, objetiva a separação territorial e espacial para proteger a natureza. Surgiu também o Ambientalismo Moderado, que ganha interesse acadêmico e político pela sua relação com o “desenvolvimento sustentável” o qual se apresentou como uma conciliação entre os benéficos econômicos e a conservação dos territórios naturais, mesmo que não comprove sua efetividade nem esclareçam os meios de como atingir seus objetivos. Por último surge a Ecologia Política que propõe a análise ambiental em diferentes escalas geográficas, sócias e políticas já que percebe o território como o espaço onde apresentam os conflitos socioambientais e critica com discursos superficiais o desenvolvimento. Como observa em todas essas aproximações o território é um fator essencial para entender a relação política/ecologia; ante isso a definição de Haesbert (2014) mostra mais apropriada para abordar a questão socioambiental e não se limita a questão espacial, já que explica que em qualquer forma o território está associado ao poder e seu exercício, não sendo apenas o poder político, mas também um poder que diz respeito à dominação e a apropriação.

German e Palacio (2006) afirmam de forma simplificada que a ecologia política é uma reflexão política sobre temas e problemas tanto sociais como ambientais. Ela relaciona a ecologia humana à distribuição de poder entre os governos, corporações, organizações civis, grupos étnicos e público em geral. Analisa o contexto atual de clara desarmonia e dicotomia sociedade x natureza, no qual há uma disputa pelo acesso a recursos, serviços e territórios cada vez mais escassos, assim como a inequidade dos impactos ambientais com relação aos diferentes setores sociais. Existe uma centralidade dos mecanismos de poder sobre os regimes da natureza, pois o controle do meio ambiente gera também o controle da sociedade. Há uma necessidade então pela Justiça Ambiental; uma verdadeira justiça que releve todos os atores e suas interações políticas. Commoner (1973) na conferência “Ecology and social action” ilustrou que a crise ecológica não deriva

pela interação dos homens com a natureza, mas sim pela interação entre os homens:

[...] para resolver a crise meio ambiental, é preciso resolver os problemas da pobreza, da injustiça racial e a guerra. E que a dívida com a natureza que é na medida da crise ambiental não se pode pagar, pessoa a pessoa, em garrafas recicladas ou hábitos ecologicamente racionais, senão que deve ser feito na antiga moeda da justiça social. Que, em síntese, a paz entre os homens deve abranger a paz com a natureza (COMMONER, pg.62, 1973).

São necessárias ponderações transdisciplinares que produzam novos campos de pensamento que, na explicação de Delgado (2015), são híbridos com múltiplas perspectivas quantas sejam necessárias para entender o fenômeno analisado para transcender as fronteiras planteadas pelas disciplinas híbridas; o que contrasta com a disciplinaridade homogeneizante na diversidade epistêmica. Boeira (2002) observa que mesmo com a diversidade de interfases a ecologia política não abrange toda a complexidade do paradigma pelo qual é sustentada, e, portanto, essa observação recai nas disciplinas acadêmicas ambientalistas como engenharia ambiental, direito ambiental, educação ambiental etc.; pois a sua aparente autonomia simplifica o pensamento ecológico para fins acadêmicos e até mesmo mercadológicos.

A relação humana e ambiental vai além de uma perspectiva tecnicista e monodisciplinar, portanto, não só relevam o conjunto de políticas com efeito ambiental estabelecidas pelo Estado, mas também pela sociedade e pelo setor privado. Lipietz (2015) explica que há uma triangularidade de polos: indivíduo, sociedade e território; os indivíduos que conformam a sociedade e que discutem a política, transformam o território natural para produzir um território artificial que permite o direito à vida e conseqüentemente o direito à moradia e a cidade. É nesse território que produzem alimentos, habitação, mas também podem gerar epidemias. O movimento ecologista trata de manter ou de recriar uma relação equilibrada, harmoniosa, viva entre os três polos; “trata-se de uma travessia transdisciplinar e

sistêmica entre ciências naturais e humanas ou sociais, uma reorientação paradigmática das mesmas.” (BOEIRA, p.2, 2002). A tudo isso soma-se o fator temporal que é valorizado por Offen (2004) quando explica que com o apoio da história a ecologia política interpreta as relações sociedade-natureza do passado para poder entender como evoluem no tempo e no espaço.

É perceptível que a evolução socioambiental da América Latina revela uma complexidade de diversas escalas, o que viabiliza a inclusão dessa análise no pensamento crítico latino-americano. Alimonda (2016) aponta que diferentes comentaristas no meio internacional coincidem que a produção latino-americana no âmbito da ecologia política é uma tradição político-intelectual específica e diferenciada das elaboradas em outras regiões geopolíticas. O autor justifica essa diferenciação pelos elementos que estiveram presentes desde o momento da independência como: a situação de subordinação entre regiões, à heterogeneidade estrutural e cultural das nossas sociedades ou a ansiedade por um destino moderno que parece inalcançável.

Percebe-se a existência de uma colonialidade persistente na gestão da natureza e da economia que não considera a complexidade das populações e dos territórios. As comunidades são responsáveis pela dinâmica ambiental local, mas são as políticas públicas de um Estado que ditam às regras para essas comunidades ignorando suas realidades e o nível de sua inter-relação com a natureza como salienta Andrade e Blumenschein, (2014). Diante disso surge um discurso reivindicatório em torno à ideia de uma dívida ecológica e social que de forma estratégica mobiliza a sociedade como refere Leff, (2012), e gera consciência de resistência aos instrumentos de coerção financeira da globalização, embora essa dívida seja imensurável.

1.2 A Ecologia e Política Urbana

O século XXI evidencia a América Latina com uma região explicitamente urbana. A população que mora nas cidades atingiu o 80% em 2010, o que quer dizer que mais de 469 milhões de pessoas moram em cidades de mais de 20.000 habitantes (MEJÍA, 2013). O surgimento de novas cidades e o crescimento acelerado das

previamente existentes explicita novos fenômenos urbanos como a megalopolização. Segundo Freitag (2006) uma megalópole se caracteriza por ter uma população em torno dos 10 milhões de habitantes, pelas transformações rápidas e a explosão demográfica ocasionada por grandes glebas migratórias; questão que se manifesta na insustentabilidade da cidade, pois excede seus limites naturais e administrativos. A autora considera nesse grupo cidades como São Paulo e México DF, mas podemos exemplificar outras cidades em processo de megalopolização como Lima que superou os 9 milhões de habitantes (INEI, 2018).

Essas *urbes* apresentam um processo de industrialização acelerado que estimula seu crescimento econômico e conseqüentemente acelera sua expansão, mas não se reflete necessariamente de maneira positiva no seu desenvolvimento social. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 2017 indicou um coeficiente Gini¹, para os rendimentos pessoais em 2015, o valor médio de 0,469 (um nível considerado alto) para 17 países. O sistema dominante afeta significativamente a demografia da região e com isso as suas cidades, assim sendo a urbanização da América Latina apresenta ampla para estudos socioecológicos pelo seu crescimento desarmônico e pela repartição desigual dos recursos urbanos e ambientais. Lipietz (2015) argumenta que a crise urbana é mais complexa que uma crise de escassez; já que com a sedentarização da população em um território surgem problemas entre os que produzem e os que possuem autoridade, controle e a capacidade de captar a produção por meios históricos e geográficos. A luta pela prevalência do modo de vida de cada classe pode gerar interações entre eles como simbioses, competência e depredação; todos eles com conseqüências sociais e ambientais (DAHER e SANDOVAL, 2016).

A EPU nas palavras de Ruiz e Rodriguez (2016) se perfila como o estudo amplo do metabolismo urbano porque põem em perspectiva as desigualdades e injustiças socioambientais comuns nas cidades contemporâneas. Há uma irregularidade na obtenção e distribuição energia, materiais, saneamento, alimento, entre outros; ou

¹ É um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

seja, um modelo de desenvolvimento que beneficia “uns” e prejudica “outros”. Os atuais regimes urbanos não obedecem aos imperativos socioambientais e existe uma necessidade cada vez mais latente de equilibrar o poder sobre o metabolismo das cidades. Para Daher e Sandoval, (2016), o aparelhamento das instituições e os grupos sociais no poder exploram o patrimônio socioambiental das cidades de maneira depredatória e estabelece um sistema que atende uma parcela da cidade que age, em termos sociais e biológicos, de forma “parasitária”.

O metabolismo de uma cidade considerada sustentável possui como base a associação da participação pública com um meio ambiente saudável, a coesão social, o desenvolvimento econômico e a prudência do uso dos recursos naturais. Essa concepção se correlaciona com as observações de Swyngedouw, Heynen e Kaika (2006) que afirmam que a ecologia política urbana apoia nos preceitos aportados por Lefebvre (1976) e comenta que as lutas pelo “Direito a Cidade” também abordam o “Direito ao Metabolismo” para todos.

Para entender o metabolismo da cidade Ramos (2015) deixa claro que é preciso considerar a cidade como um sistema aberto de processos entrópicos, na qual de maneira retroalimentativa são obtidos fluxos de energia e materiais fora do limite urbano; ao mesmo tempo se descarta energia dissipada e materiais degradados; processos que na cidade contemporânea se distribuem de maneira desigual dentro e fora dos limites urbanos. As consequências dessa dinâmica se observam no deterioro do espaço e adquire maior complexidade ante a problemática das mudanças climáticas e por fatores biofísicos, económico-políticos e socioculturais. No caso das megalópoles o problema é mais agudizado uma vez que precisam um stock gigantesco de recursos, que é mantida de uma forma ineficiente e mal planificada, reforçando as desigualdades e ampliando as distancias sociais e físicas entre assentamentos pobres e locais cada vez mais bem estruturados e urbanizados, como mostra essa pesquisa.

Para Andrade e Blumenschein (2014) os impactos da urbanização são visíveis através da devastação e da degradação ambiental, mas também através da miséria e da fome da população. Para os autores uma conscientização ecológica, ambiental, social ou humana não se instalou como um grande pensamento político

e, portanto, não gera mudanças planetárias porque ainda adota um pensamento cartesiano. Segundo o autor a viabilidade da sustentabilidade é relativa em territórios; a partir de determinadas escalas o sistema urbano é metabolicamente parasitário (insustentável) já que a mobilização de recursos e dejetos, cada vez mais crescente e rápida, é desigual uma vez que locais específicos se beneficiam e usufruem de maneira adequada dos serviços urbanos em detrimento de outros. Para manter e reforçar esse processo de dominação e manejo da cidade, a segregação espacial e social torna-se um mecanismo de determinados grupos sociais.

1.3 A questão urbana e segregação

De modo simplificado se entende por segregação sócio-espacial como a modalidade que separa fisicamente e funcionalmente os espaços ocupados por diferentes grupos sociais, a distinção dos espaços é por meio da categorização dos indivíduos segundo seu poder aquisitivo e localização geográfica, assim caracterizada por Salgado (et al. 2009), embora outros padrões podem ser considerados como raça, cultura entre outros. A pesquisa de Vieira e Melazzo (2002) mostra que a abordagem deste fenômeno foi evoluindo e diversificando a partir de seus primeiros pensadores da Escola de Chicago nas décadas de 30/40, mas foi nas décadas de 60 e 70 que Manuel Castells, Henri Lefebvre e Jean Lojkine, no intuito de renovar a abordagem deste fenômeno, que indicaram que a segregação não é um fator meramente natural das cidades e, portanto merece um estudo mais criterioso como fenômeno social. Nesse sentido buscou o relato de Vieira e Malazzo de que:

O processo de segregação socioespacial é o resultado das desigualdades existentes nas relações sociais entre as diferentes classes sociais e que resultam num acesso diferenciado à cidade, seja na sua localização espacial ou no acesso aos bens de consumo coletivos (VIEIRA e MELAZZO, p. 68, 2002).

Lefebvre (1976) considera a segregação como um resultado estratégico da extrema diferenciação social que conduz a homogeneização de espaços e ao

impedimento da comunicação entre as diferenças. Para ele o sistema econômico dominante concebe o espaço urbano como uma mercadoria e possui um valor variável entre grupos sociais; cada espaço é um reflexo da sociedade. Maricato (1999) completa esse pensamento ao sinalar que uma moradia é tutelada pelo Estado dependendo do seu valor mercadológico, se o valor for insuficiente este pode desenvolver-se ignorando o poder estatal.

Castells em concordância com Lojkine assinala a relevância da questão política; a produção do espaço é influenciada por fatores ideológicos e pelos atores políticos que por meio de iniciativas públicas habitacionais conseguem reforçar os mecanismos segregativos das elites como explica Salas e Castro (1993). Os indivíduos detentores do poder impõem sua concepção da cidade e se valem do sistema mercadológico assim como do próprio sistema governamental para estruturar o espaço urbano. De forma planejada o Estado concede os melhores espaços e recursos urbanos às elites, isto é, a segregação urbana se apresenta de forma institucionalizada (Moraes, 2006).

Desde uma perspectiva psicossocial Caldeira (2003) teoriza sobre as causas que fazem que um grupo de indivíduos deseje o afastamento de outro e crie mecanismos e tecnologias para consolidar as diferenciações. A autora baseia em um estudo realizado na cidade de São Paulo, mas enfatiza que os processos observados acontecem em outras cidades em processo de transformação social, no caso da América Latina seu histórico de democratização é uma dessas transformações. O estudo explica que existe uma tendência por construir cercas, barras e muros formalizando enclaves intraurbanos que impõem divisões, separações, e diferenças que multiplicam regras de exclusão e conseqüentemente evitam pessoas e/ou famílias. Para justificar essa condição urbana o medo da violência e do crime virou um discurso instrumentalizado para arquitetar e estruturar a cidade: “a fala do crime”; “crime” que banalmente é atribuído em diferentes circunstâncias ao “outro” ao diferente. É por meio dessa fala que se reordena o espaço através da naturalização do preconceito, se institucionaliza a concepção dos grupos no poder e estabelecem categorias para as pessoas “do bem” e “do mal”, o que quer dizer que certos grupos são percebidos como uma ameaça a “estabilidade”

da cidade. Essas simbologias segregativas e discriminatória passam a ser um marketing do mercador imobiliário.

A instrumentalização do medo permite um tipo de violência contra o “outro” legitimado pelos sistemas políticos da cidade. Existe uma apropriação da segurança tanto pública e privada. No intuito de afastar os problemas da cidade, como a violência, as elites cerceiam o sistema democrático e agudizam a problemática da insegurança. Caldeira (2003) explica que cresce o número de moradores de São Paulo que opta por serviços de segurança privados não necessariamente regulares e legais. De tal modo, esses serviços que privatizam a segurança se contrapõem ao benefício democrático da segurança pública. É uma violação de direitos tolerável por uma parte da população já que para esse setor os direitos do outro são irrelevantes ou até censuráveis. Em vista disso, a categorização da população entre o bem e o mal também classifica quem é digno ou não de usufruir o direito à cidade, no ponto de estudo desta pesquisa o muro passa a ser a segurança dos moradores do espaço urbanizado.

O afastamento social e físico virou uma constante nas cidades de países em processo de desenvolvimento. É preciso clarificar que esses processos possuem atributos históricos, mas também são influenciados por fatores multi-escalares e vigentes produtos da globalização como a migração. As glebas migratórias sejam internas do país ou externas desafiam a harmonia estrutural e cultural das metrópoles, conseqüentemente surgem processos sociais de territorialização do espaço pelos quais o exercício de poder e as diferenças criam espaços homogêneos.

A fragmentação morfológica gerada pela delimitação de territórios e recursos cria dois tipos de ecossistemas urbanos na mesma cidade. Um detentor dos benefícios urbanos; e outro muito precário, tecnicamente improvisado, mas adaptativo mesmo fora das normas estabelecidas pela cidade. Nos dizeres de Moraes (2006) são duas cidades: a primeira gerada do plano original na qual as elites usufruem dos serviços do governo; e a outra fisicamente e socialmente periférica para as classes populares. Para Maricato (2002) são a “Cidade Legal” e a “Cidade Ilegal” respectivamente. A autora aponta também a divisão política e

econômica dessas duas cidades, já que uma se articula com o poder público e mercadológico para satisfazer suas necessidades; em quanto à outra cidade possui uma dinâmica irregular de mercado e não necessariamente é reconhecida pelo poder público. A implementação de uma legislação urbana não democrática que não condiz com a realidade adaptativa dos setores mais pobres se apresenta detalhista e “rigorosa” o que possibilita práticas corruptas e a permanência de determinados setores na clandestinidade (MARICATO, 1999).

Mesmo que exista uma vontade de diferenciação entre essas duas cidades, elas interagem dinamicamente e fazem parte de um sistema maior. Para Freitag (2006) casas de luxo, condôminos fechados, *comunas*, favelas, cortiços, *barriadas*², tugúrios (acepção em espanhol para assentamento irregular) interatuam e pertencem à “Cidade Real” que embora seja parcialmente “ilegal”, se expande de forma mais ativa e rápida que a “cidade legal”. O alto crescimento populacional e as dinâmicas migratórias permitiram que a “cidade real” ultrapasse a “cidade legal” em diferentes *urbes* da América Latina. É observável também que a expansão significativa desses territórios pode desenvolver mesmo quando a cidade apresenta uma estagnação econômica e de infraestrutura, pois seu crescimento demográfico está mais relacionado aos acontecimentos econômicos globais como a crise agrária mundial. Surgiu uma geografia caótica e classista e em locais de influência colonial histórica também é uma geografia racista na qual se verifica uma susceptibilidade a conflitos sociais. Como explica Davis (2006), a industrialização como substituição de importações gerou um êxodo dos trabalhadores rurais para terras ociosas em muitas cidades latino-americanas. As respostas das autoridades com o apoio das classes médias, ao surgimento desses assentamentos humanos, foram ataques judiciais e até físicos. As glebas migratórias desafiavam seu anseio de homogeneizar a cidade já que eram conformadas por indígenas ou descendentes de escravos, havia uma dimensão racial na guerra à ocupação ilegal.

Dessa forma se consolidam os conjuntos habitacionais irregulares, na sua maioria afastados espacialmente e socialmente do centro econômico urbano,

² Termo coloquial atribuído à formação de urbanizações que se constituíram de forma acelerada desde meados da década de 40.

mesmo quando são desses locais que procede à mão de obra barata para o funcionamento da cidade. Os problemas sociais se amoldam com maior facilidade nesse lado da cidade; sai superlotação intensifica a violência e a insegurança, é a parte da cidade que se considera como um local fora do radar da lei. Assim, o estigma e a discriminação por parte dos centros urbanos dificultam as possibilidades do emprego ou o acesso aos serviços básicos de saúde, educação, bancos e tantos outros serviços de primeira necessidade como referem Daher e Sandoval, (2016). É um sistema fechado no qual seus elementos reforçam métodos de subsistência fora das normativas. Maricato (1999) assinala que esse contexto ilegal não só aponta a uma exclusão ou segregação mais também a um “apartheid” ambiental.

1.4 O Ecosystema da pobreza

Este segmento aprofunda na caracterização a cidade ilegal a qual é parte da consolidação da urbanização contemporânea, onde as interações socioambientais e os sistemas políticos moldam de maneira irregular a qualidade de vida da população, submetendo certos grupos a estabelecer técnicas e métodos de resistência ante as carências estruturais e ante a violência social e institucional.

A expansão da cidade por meio da precarização da moradia é o resultado da institucionalização da miséria. Santos (2009) explica que a cidade em si é criadora da pobreza, a materialização das relações sociais e econômicas gera estruturas que empobrecem ainda mais áreas já precárias, portanto, a pobreza vai além de um modelo socioeconômico e vira um modelo espacial. Se uma cidade sustentável propõe modelos econômicos usando a geração de emprego como estruturador urbano; na cidade contemporânea é a pobreza que expande e estrutura de maneira improvisada e acelerada. Moraes (2006, p.184) descreve isso por meio do modelo do “efeito cascata” como ordenador da periferia; “quanto mais pobre o trabalhador mais distante do centro urbano localiza-se o seu habitat”.

Episódios históricos mostram que esse panorama foi incentivado de forma deliberada por agentes políticos na América Latina, como na Colômbia e no Peru. Para Mejía (2013) os desequilíbrios no setor agrário da região que impulsionaram o

êxodo rural para as *urbes* beneficiaram em alguns aspectos a economia das cidades, logo as elites econômicas e políticas legitimaram as dinâmicas migratórias, como é o caso do governo de Misael Pastrana na Colômbia que na década de 70 implementou projetos de traslado de grandes contingentes da população rural até as *urbes* para dinamizar o setor da construção civil por meio da mão de obra barata. Mas, o crescimento demográfico desbordou a geração de emprego e os limites da cidade legal. Em um caso semelhante no Peru, uma das maiores *barriadas*, Villa el Salvador, surgiu em 1971 com incentivo do governo militar; conseqüentemente em poucos anos a população dessa *barriada* superou os 300 mil habitantes (DAVIS, 2006).

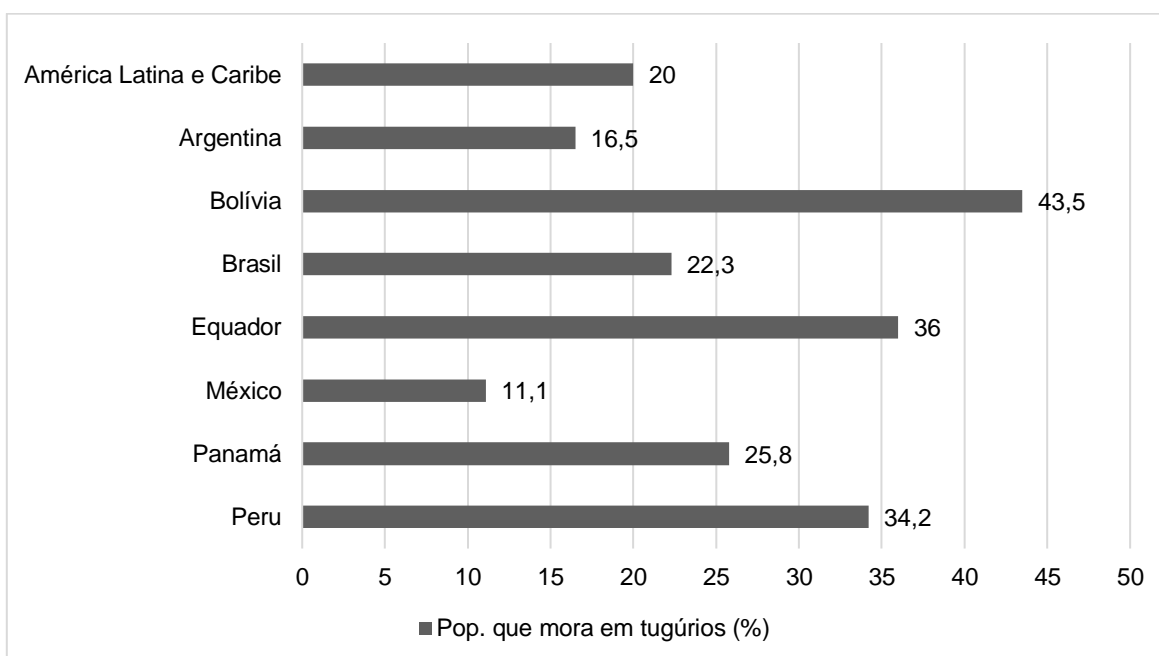
Exemplos dessa natureza também estão presentes no Brasil, em especial nas construções de cidades-capitais que foram criteriosamente planejadas e construídas sob o prisma da ideologia modernista do século XX, como deixa claro Moraes (2006) em sua pesquisa a segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas, o Estado busca a modernidade na área rural e conclama a população a mudarem para esses territórios em construção.

As migrações, a alta vulnerabilidade social e um sistema governamental omisso possibilitou que a orla urbana das cidades fosse loteada e ocupada fora das normativas do Estado. Dentro dessa clandestinidade surgiram também as invasões. A palavra invadir sugere a apropriação da terra sem compra nem título de propriedade, ou seja, sem custo. Mas, para Davis (2006), essa “invasão” na maioria das vezes possui um custo prévio. Uma grande parcela da população periférica é coagida a pagar propinas e/ou “alugueis” para criminosos organizados, policiais ou até políticos para ter acesso a uma parcela de terra; é um mercado “imobiliário invisível”. A isso se soma os custos pela falta de infraestrutura urbana que se restringe aos centros urbanos; logo a ocupação da periferia não é barata e nem gratuita.

As megalópoles, que Freitag caracterizou, conseguiram na pobreza e nas crises socioeconômicas sua consolidação em geral nas regiões periféricas e/ou em favelas. As *urbes* futuristas do imaginário popular que exemplificam o ansiado desenvolvimento sustentável ficam distantes e contradizem a realidade do século

XXI onde o crescimento das cidades é suscetível à poluição e à miséria. A *World Cities Report 2016* da ONU-Habitat estima que um quarto da população urbana mora em favelas e que em países em desenvolvimento aumentou de 689 milhões em 1990 para 880 milhões em 2014. Especificamente em Latino-América, segundo o Banco Mundial, a média da população urbana que mora em tugúrios, muitos deles construídos com materiais de descarte como plásticos, é de 20% (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. População que mora em tugúrios em América Latina e países selecionados



Fonte: Banco Mundial. “Población que vive en barrios de tugurios (% de la población urbana)”, 2014.

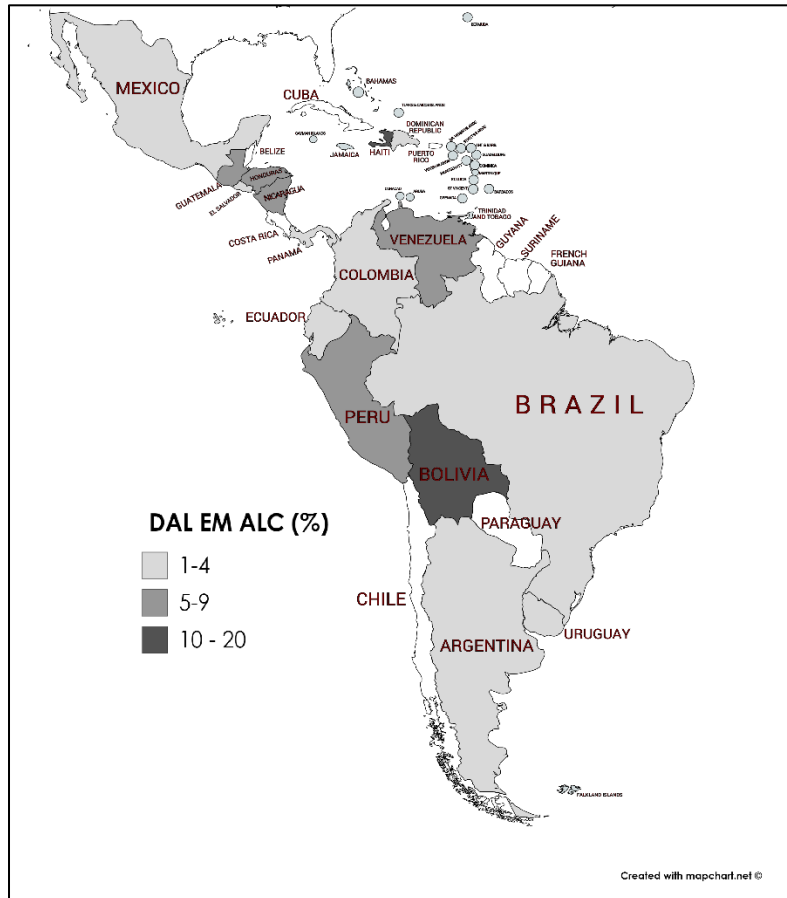
Como observa há um destaque para países como Bolívia, Peru e Equador que superam consideravelmente a média entre outros países da região. É verificável também que no caso de países com maior potencial econômico como o Brasil, existem desigualdades internas relevantes. A média de déficit de moradia no país era de 9,3% em 2015, mas cabe indicar que essa média é distante a porcentagem do estado como maior déficit que é o Maranhão pois apresentou 20% naquele ano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018). As decisões governamentais equívocas conjuntamente com o setor empresarial definiram e definem uma territorialização

claramente injusta nas quais impactos ambientais são gerados pela cidade como um todo, mas os custos afetam de maneira mais notória aos excluídos pelo Estado, assim visualizado por Ramos, (2015) em sua pesquisa. Com algumas ressalvas, os centros urbanos das cidades latino-americanas não diferem drasticamente das cidades de países desenvolvidos. Paradoxalmente existe uma coexistência entre os benefícios do primeiro mundo e a miséria do terceiro mundo nas mesmas *urbes*. Quando se fala em miséria, se fala em condições intoleráveis; a sua localização afastada e/ou segregada dificulta ou simplesmente nega o acesso a serviços básicos o que faz da insalubridade um aspecto crônico. A isso se soma o superpovoamento e a alta densidade habitacional em locais de áreas de risco e/ou próximos a lixões onde localiza a maior toxicidade gerada pelas indústrias (que por sua vez também podem ser irregulares na periferia), para Daher e SandovalL (2016), são zonas descartadas pelo mercado imobiliário, mas que são impactadas pela dinâmica econômica da cidade, é o espaço de abrigo da população a baixo da linha de pobreza³

Nos dizeres de Maricato (1999) a segregação ambiental é uma face mais da exclusão social, mas deve ser observada como uma parte ativa e importante da mesma. A população cria ou adota métodos alternativos, como fossas de dejetos, para confrontar a falta de saneamento; mas não todos garantem a proteção contra doenças, o que coloca os moradores em permanente risco de saúde e pode afetar sua rotina ocupacional e conseqüentemente reforça sua vulnerabilidade social. As políticas públicas de saneamento ainda apresentam insuficientes em uma região em constante crescimento demográfico. A Organização Pan-americana da Saúde (OPS) indicou que, em 2015, 19 milhões de pessoas na região ainda praticavam a defecação ao ar livre (Figura 1); das quais 14 milhões habitam em zonas urbanas.

³ Linha de pobreza, pessoas que recebem 3,20 dólares por dia (Banco Mundial, (2017). No Brasil o IBGE (2017) estima que 15,2 milhões de pessoas vivem abaixo da extrema pobreza.

FIGURA 1. População que pratica defecação ao ar livre (DAL) por países selecionados (%).



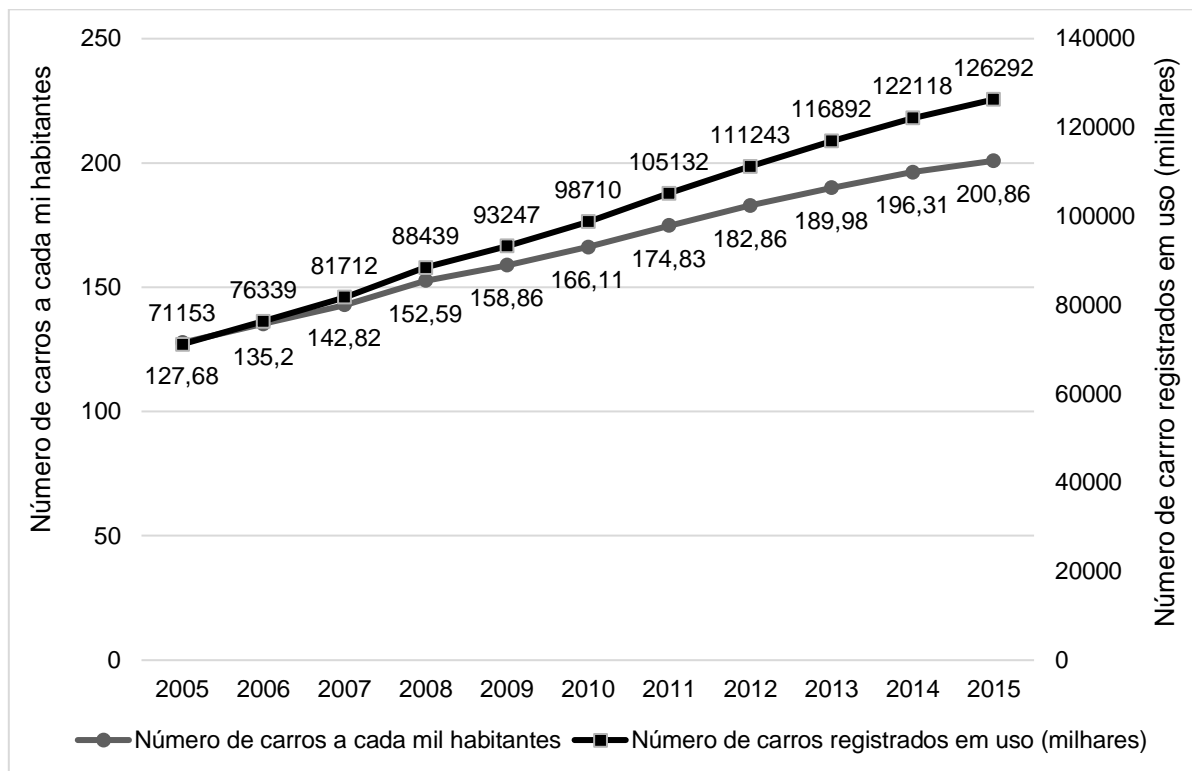
Fonte: OPS. Nota de concepto hacia la eliminación de la defecación al aire libre en la región de las Américas, 2018.

A Figura 1 mostra com clareza a vulnerabilidade da população da América Latina, sendo que a Bolívia continua se destacando nessa crise socioambiental. No caso de um dos países mais populosos da região, o Brasil, segundo o Observatório do Terceiro Setor 5,4 milhões de pessoas não tinham acesso a serviços higiênicos dentro de casa o que significa que 1,6 milhões de moradias careciam de infraestrutura básica de saneamento em 2017. Os riscos naturais também devem ser considerados de maneira mais ampla nas periferias. Os assentamentos humanos frequentemente localizam em áreas de vulnerabilidade ambiental. Enchentes, deslizamentos, terremotos, friagens, secas afetam com mais rigor essas zonas. Os centros urbanos, nas pesquisas de Davis (2006), confrontam o risco

através da boa infraestrutura, programas nacionais e seguros privados de mitigação a desastres; por outro lado a urbanização informal multiplica a probabilidade de risco de desastres. As mudanças climáticas ameaçam de forma imediata aos assentamentos humanos periféricos. O regime de chuvas que é cada vez mais desregulado, o crescimento populacional rápido, o desperdiço, a má gestão da água e outros aspectos colocam em perigo o abastecimento da cidade como um todo, mas nas zonas periféricas o acesso já é intermitente, conseqüentemente pode significar a negação total do abastecimento (FAJERSZTAJN, VERAS e SALDIVA, 2016). É importante deixar explícito que a falta de abastecimento de água potável é um dos principais problemas no ponto estudado, assunto a ser apresentado com maior clareza no capítulo 2.

A lógica urbana como um sistema interligado denota que os problemas da urbanização expansiva e segregativa conseguem alcançar de algum modo todos os setores das grandes cidades. A poluição do ar, de influência multiescalar, é uma consequência da expansão da cidade sem planejamento. A localização afastada dos assentamentos extralegais dificulta, mas não bloqueia o fluxo de pessoas. A população periférica de baixa renda frequentemente faz uso de um sistema de transporte público deficiente ou meios motorizados irregulares os quais incrementam significativamente a frota veicular das cidades. A logística do sistema viário da maioria das cidades do terceiro mundo não está preparada para esse transporte em massa pelo que transformou o trânsito motorizado em um problema de saúde pública, seja pela alta poluição atmosférica ou pelo crescimento do número de acidentes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) as pessoas que moram em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos são impactadas desproporcionalmente já que só neles foram localizadas 91% das mortes prematuras por doenças conseqüentes pela poluição do ar de exteriores e por acidentes de trânsito. Na América Latina o quadro tende agravar, segundo a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, 2018) o número de veículos registrados em uso quase duplicou e o número de carros a cada 1000 habitantes cresceu em aproximadamente 57 % entre 2005 e 2015 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2. Número de carros a cada mil habitantes e número de carros registrados em uso entre 2005 e 2015.



Fonte: CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2018.

Por outro lado, essa complexidade de circunstâncias gera diferentes respostas da população periférica; Davis (2006) explica que esse cotidiano adverso estimulou que a população pobre crie ferramentas comunitárias que otimizem o custo habitacional, a garantia de posse, a qualidade da moradia, as distâncias dos serviços urbanos e a própria segurança. Hintze (2004) expõe que o estabelecimento de ligações de ajuda e cooperação ameniza a ausência do Estado, formaliza a colaboração comunitária e gera vínculos que constituem um capital social para sobrelevar as constantes crises.

Esse capital social vem consolidando os Movimentos Sociais e Ambientais que se apresentam tão necessários na luta diária ante a instabilidade desses locais. Por meio deles se possibilita o exercício do direito a cidade e o agir político que frequentemente é restringido a autoridades do Estado. A organização social permite criar uma resistência em um ecossistema incompreensível e desfavorável. Para

Martins (2012) os movimentos sociais representam a parcela da sociedade civil que assume as responsabilidades sociais ignoradas pelas autoridades, trazendo alternativas democráticas a uma população em busca da participação popular nas agendas políticas.

1.5 Matriz Pressão, Estado, Impacto e Respostas (PEIR) como análise ecopolítica.

Optou-se por adaptar a matriz de análise Pressão, Estado, Impacto e Resposta (PEIR) desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente PNUMA (2004) para visualizar as dinâmicas da problemática socioambiental das Lomas de Pamplona.

A matriz tem a capacidade de dispor os elementos transdisciplinares de uma forma que facilita a interpretação. Permite a consideração dos aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais o que permite uma leitura de perspectiva ecopolítica das dinâmicas, de cenários e das problemáticas complexas. O arranjo dos dados colabora com a visualização de soluções.

O modelo PEIR foi desenvolvido para reconhecer o vínculo dos problemas ambientais e suas causas e consequências sociais. O detalhamento de cada componente da matriz pretende responder questões básicas aplicáveis a qualquer escala territorial como mostra a tabela 1.

TABELA 1 – Detalhamento dos componentes PEIR.

COMPONENTE	ANÁLISE	RESPOSTA
Pressão	São as forças econômicas e sociais subjacentes. De uma perspectiva política, a pressão constitui o ponto de partida para o enfrentamento dos problemas ambientais.	Por que isto está acontecendo?

Estado	A condição do meio ambiente resultante das pressões.	O que está acontecendo com o ambiente?
Impacto	O efeito produzido pelo estado do meio ambiente sobre aspectos como a qualidade de vida, sobre o próprio meio ambiente e/ou sobre o ambiente construído.	Qual é o impacto causado pelo estado do ambiente?
Resposta	As ações coletivas ou individuais que atenuam ou previnem impactos ambientais negativos, corrigem os danos causados ao meio ambiente, preservam os recursos naturais ou contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população local.	O que estamos fazendo a respeito?

Fonte: Elaborado com dados da Metodologia para a elaboração de Relatórios GEO Cidades, PNUMA, 2004.

A Figura 2 apresenta a interação entre os elementos de cada componente.

FIGURA 2 – Interação PEIR



Fonte: Elaborado com dados da Metodologia para a elaboração de Relatórios GEO Cidades, PNUMA, 2004.

CAPÍTULO 2 - O MURO COMO ESTRUTURADOR SOCIOAMBIENTAL: TANGIBILIDADE DAS INEQUIDADES

2.1 Breve histórico sobre a segregação em Lima, Peru.

Para situar a cidade de Lima procedeu-se à contextualização histórica desde o processo de formação do território peruano. O pesquisador Mar (2012) explica que muitas das civilizações que precederam geograficamente ao que agora conhecemos como Peru, como o império Inca, tiveram como eixo de articulação e organização a região da Cordilheira dos Andes. A colônia espanhola optou por construir sua principal cidade e base colonial no litoral e não nos Andes com diversos objetivos, mas um deles era desestabilizar as estruturas organizacionais existentes. Desse modo durante os seguintes três séculos coloniais e dois séculos republicanos a parte andina e também a parte amazônica do Peru foram discriminados e reduzidos a uma extensão territorial de exploração a serviço da capital litorânea. Para o autor era a divisão do Peru Oficial e o Outro Peru. Mesmo durante a emancipação a nova república surge com ares colonialistas e submetida às elites e a grupos comerciais da Lima republicana.

A cidade é marcada por diferentes episódios de segregação sócio espaciais dentro dos seus limites. A estrutura física-social ficou impregnada em sua morfologia em diferentes temporalidades e contextos. Lima na época da colônia foi denominada “Cidade dos Reis” e documentalmente surge em 1535 para ser um centro político-administrativo, militar e religioso para consolidar a conquista e a dominação pela coroa espanhola segundo a pesquisadora Iziga (1983). Para Bethell (2004, p. 60) a morfologia da cidade colonial era estratégica a modo de impor um novo sistema de valores nos povos pré-coloniais, já que as cidades eram um “veículo para o transplante de uma ordem social, política e econômica”.

O uso de muros e zoneamentos do espaço ocupado como meio de controle social foi significativo ao longo da história colonial do Peru. Jones (2013) relata que em 1571 se determinou um espaço segregado e muralhado dentro da cidade destinado à evangelização e moradia de índios, denominado “Santiago de El cercado”, o qual consolidou a igreja Católica como formadora do caráter da população e ordenadora também do tipo de urbanização da época. O autor sinaliza

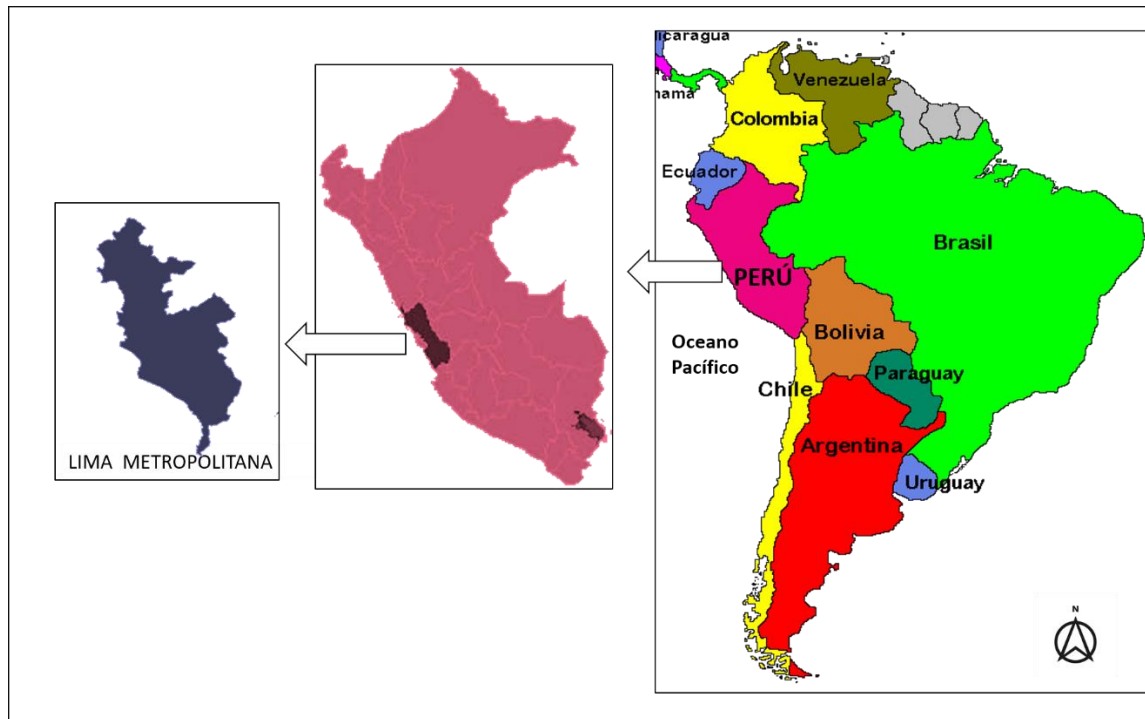
também que posteriormente ainda na fase colonial no século XVII, tinha sido erguida uma muralha ao redor de Lima, como defesa militar e maior controle do comércio, que possuía 11.700 metros lineares e que abrangia 5.059.600m² (metros quadrados). Não obstante, alguns autores atribuem outros objetivos a essa muralha. De La Cruz (2004) observa o temor da elite governamental colonial por conspirações, ataques da população indígena, insurreições e assaltos da população negra como também de uma possível aliança entre essas duas etnias com piratas.

A muralha foi demolida na fase republicana da história do país ao longo do século XIX, no qual também aconteceria o processo de emancipação latino-americano. Para Jones (2013) havia uma necessidade de expandir a cidade; surgiram doenças como a febre amarela dentro dos muros o que questionou sua existência. O desejo de expandir Lima foi reforçado após o Peru perder a Guerra do Pacífico contra o Chile em 1884. Lima entrou numa grave crise o que fez surgir a urgência pela modernização da capital para superar a instabilidade daquele momento. Assim, no marco do urbanismo higienista, construções precárias e insalubres das áreas centrais passaram a ser ou foram substituídas por modernas estruturas no final do século XIX e começo do século XX. Contudo, o autor afirma que até começos do século XX a cidade ainda possuía bairros heterogêneos, já que era a estrutura da casa o que demarcava o nível social e não o bairro. Isso mudou na década de 1940 quando muitas famílias da classe alta optaram por trasladar a setores fora do centro inicial da cidade, já que o governo tinha estruturado e modernizado o acesso a novas urbanizações planejadas, o que posteriormente criaria novas interações territoriais entre esse grupo social e os indivíduos do êxodo rural que se deu no período de 1940 e 1990.

2.2 Contrastes socioambientais de Lima

Lima cidade-capital do Peru, situado na América do Sul, localizada no litoral central peruano, abarca também zonas interandinas e possui uma superfície de 2,672 km² e uma altitude média de 154 metros sobre o nível do mar (Figura 3).

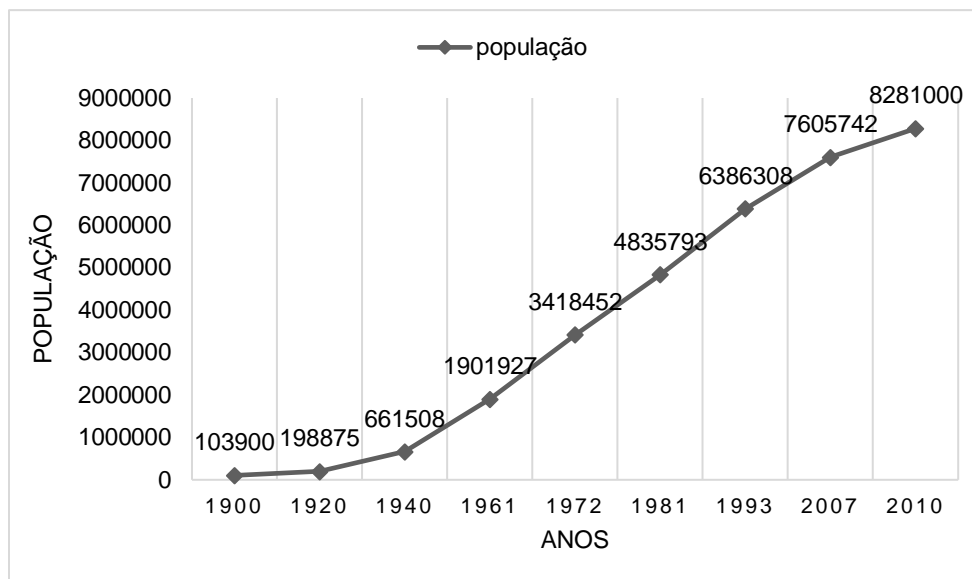
FIGURA 3 - Mapa de Localização de Lima.



FONTE: Mapa elaborado pela autora, 2020

A complexidade da formação urbanística de Lima já foi abordada em diferentes acadêmicos. Destaca-se a obra do antropólogo José Matos Mar, e no caso específico da segregação física as análises acadêmicas de Manuel Santos (2011) e Maria Jones (2013). É uma cidade que encaixa nos padrões da megalopolização referidos por Freitag (2006), por ter um crescimento desencadeado principalmente pela massa migratória e sua industrialização acelerada. Observam-se padrões de desigualdade e um coeficiente Gini de 0,40 para o ano 2014 (CÂMARA DE COMÉRCIO DE LIMA, CCL, 2016). Atualmente a área metropolitana possui mais de 9 milhões de habitantes, dados do Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI, 2018).

GRÁFICO 3 – Crescimento da população de Lima entre o século XX e XXI



FONTE: Dados do Instituto Nacional de Estadística e Informática INEI Peru, 2018.

Segundo o Gráfico 3 é verificável que nos últimos 50 anos houve um aumento populacional significativamente acelerado. O crescimento de Lima metropolitana não pode ser desassociado da migração rural que aconteceu em muitas *urbes* da América Latina, mas esta cidade se caracteriza também pela complexidade da junção da globalização com fatores étnicos e históricos que geraram profundas e instáveis mudanças. A centralidade do poder político e econômico na capital desde os tempos coloniais consolidou-a como o principal ponto de migração. Se estima que um terço do país mora em Lima o que faz dessa metrópole a quinta cidade mais populosa da América Latina (Wiese, Miyashiro e Marcés, 2016). Deve ser considerado também que o final do século XX da história peruana foi impregnado por fortes conflitos bélicos internos que afetaram principalmente as regiões rurais andinas do Peru. Além da precarização da economia rural, ambos lados do conflito armado impactaram comunidades indígenas.

Tradicionalmente rural e andino, o Peru virou em duas gerações, urbano e litorâneo. Seguindo o Chile, desenvolve sem contemplações uma política de desenvolvimento liberal que traz consequências como a redução do papel do Estado, a desregulamentação da economia e a descentralização. Estas transformações estruturais se dão num contexto histórico de crise

econômica dos anos de 1980 e de conflito armado com Sendero Luminoso⁴ (1980 – 2000) que provocam e amplia o êxodo rural massivo a Lima. Baixo o regime de Alberto Fujimori (1990 – 2000) a luta antiterrorista e contra o narco-terrorismo permitiu que o autoritarismo político e a corrupção debilitassem a democracia e os direitos humanos. (SIERRA et al., 2015, p. 3, tradução nossa).

Além da migração, no século XX também surgiram reformas nas zonas centrais da cidade, as quais possuíram um viés higienista e afastou grupos de pessoas mais pobres para as periferias, analise referenciadas por Wiese, Miyashiro e Marcés, (2016). Assim a parte mais vulnerável da população inicia a ocupação das zonas fora da rede central. Fatores culturais, como a origem colonial espanhola, a migração e os contextos históricos recentes consolidaram a capital do Peru como uma das *urbes* com mais variedade étnica do país. Estima-se que a região provincial total de Lima possua a maior diversidade de línguas originárias indígenas e que o Quéchuá seja uma das mais faladas (MINISTERIO DE CULTURA DEL PERÚ, 2018). Contudo, essa pluralidade cultural é muitas vezes ignorada em diferentes iniciativas das políticas públicas do país. No caso do ponto aqui estudado nos próximos segmentos é conformado por migrantes andinos muitos deles falantes de quéchuá.

A região planificada ou a cidade legal de Lima consolidou em terrenos planos das suas bacias hidrográficas; e está rodeada de colinas, montanhas e ladeiras que conformam a vertente ocidental da Cordilheira dos Andes, assim descrita por Núñez e Vásquez, (2009). Os relevos mais inclinados foram relatados por MAR (2012) como territórios progressivamente ocupados de forma precária pelos assentamentos humanos fruto das constantes levadas migratórias oriundas do meio rural e das Cordilheiras dos Andes. Esse tipo de ocupação era uma alternativa de urbanização ante a ineficiência do Estado em atender as crescentes necessidades da população peruana.

A cidade real está claramente dividida entre os ocupantes das regiões planas e os ocupantes de cerros. Esta condição representa mais que uma divisão

⁴ É um grupo oriundo de rupturas no Partido Comunista do Peru. O objetivo principal da organização era o de pôr fim às instituições consideradas burguesas através de uma revolução comunista de origem camponesa inspirada na Revolução Chinesa de Mao-Tsé-Tung. (FRANÇA, 2012).

morfológica, já que são claros os padrões habitacionais, étnicos e culturais entre os dois tipos de ocupação. Unceta e Rivero (2017) indagam sobre a ocupação das ladeiras na segunda metade do século XX e marcos sociais. Os autores explicam que Lima metropolitana se expandiu nos terrenos com inclinações suaves (até 20% de inclinação) até a década de 90. Uma vez esgotados esses terrenos as seguintes ocupações foram estabelecidas em locais que já beiravam o início ocidental dos Andes com inclinação de 47-50%, imprópria para o habitat humano. Segundo ao Centro Nacional de Estimativa, Prevenção e Redução de Risco de Desastres (CENEPRED,2015) a partir dos 45° existe uma alta influência dos movimentos de massa por gravidade.

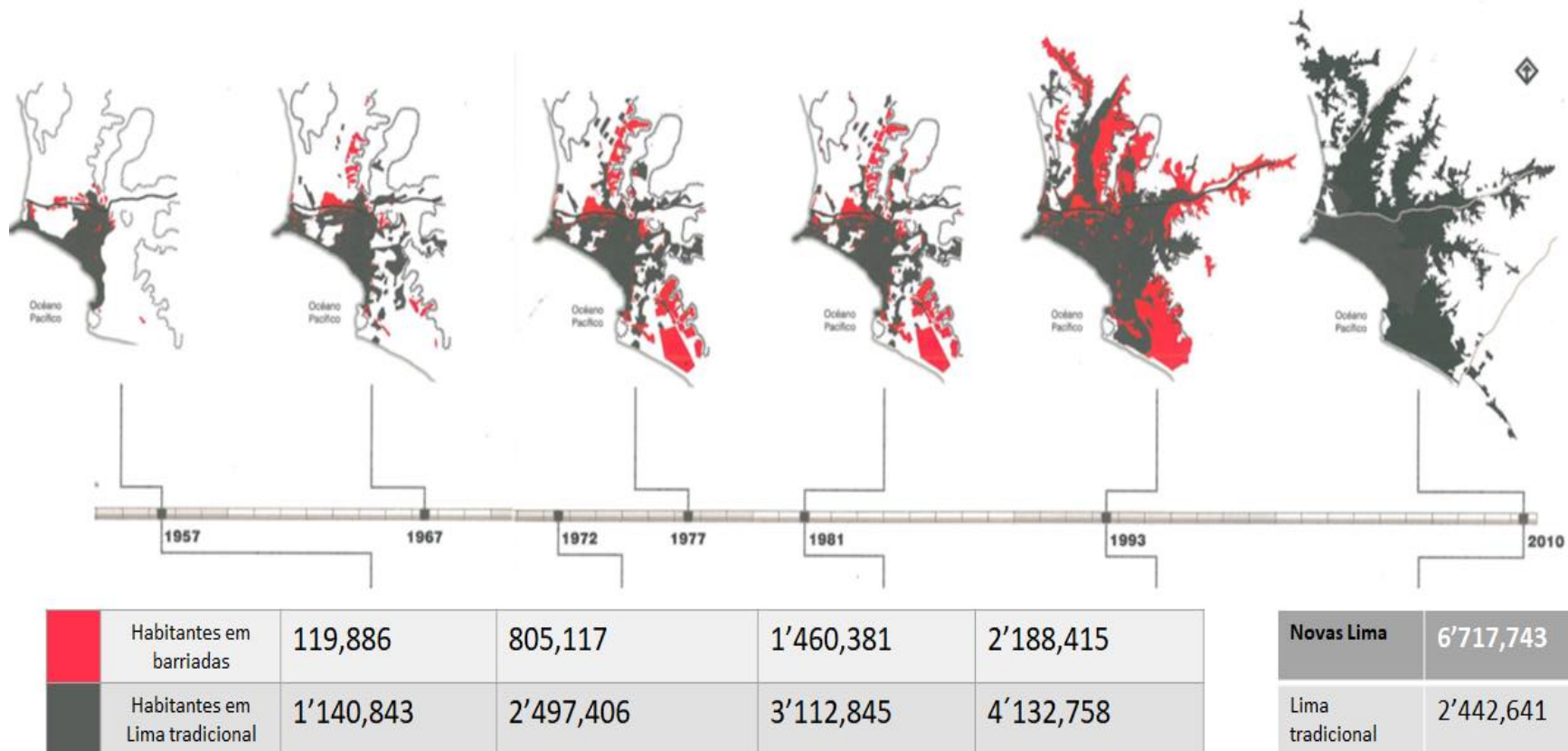
Quem ocupou estas áreas foram os últimos membros da onda produzida como consequência à violência política sofrida pelo país desde 1980, procedentes em especial das zonas mais pobres dos Andes. Uma vez mais, quem morava nas ladeiras de Lima acabaram sendo os sectores com menos recursos, os estigmatizados, os subalternos dos subalternos. A mirada depreciativa de quem ocupa a zona plana aos que vivem nos cerros se repete, só que agora é de migrantes antigos já formalizados a migrantes novos (Unceta e Rivero, 2017, p. 139, tradução nossa)

Segundo Metzger et al (2015) o modo de urbanização das periferias do Peru não teve mudanças significantes nos últimos 50 anos. Ainda é na maioria de casos autoproduzida; os terrenos são obtidos de maneira informal e ilegal por uma população organizada com o objetivo de regularizar após edificar de maneira autônoma a moradia, ou seja, sem contar com os benefícios urbanos. A regularização fornecida pelo perfil complacente do Estado para neutralizar o descontento popular e a debilidade das políticas públicas formalizaram dinâmicas sociais particulares nessas zonas; o transporte e a produção imobiliária se desenvolvem fora das normativas permitindo que atividades como a “grilagem”⁵ sejam também parte da urbanização da cidade. Esse cenário viabilizou uma expansão física exagerada e desordenada. Estima que 60% da rede urbana atual se deu de forma autoconstruída, o que mostra uma desigualdade significativa para acessar a moradia.

⁵ Conduta ilícita que tem por finalidade a transmissão de terras públicas para compor patrimônio alheio (CARVALHO, 2019). No Peru é utilizada a expressão “tráfico de terrenos”.

Apesar do crescimento médio da cidade ter estabelecido em 2,3% antes de 2007, a dinâmica das periferias ainda é contrastante com um crescimento demográfico superior ao 5% segundo Metzger et al, (2015). Na Figura 4 é verificável o crescimento rápido da cidade através das urbanizações na periferia a partir do ano de 1957. No levantamento de 2010 muitas das barriadas foram formalizadas e formaram distritos que agora denominam “Las Nuevas Lima”.

FIGURA 4 - Crescimento da periferia de Lima após 1950



FONTE: Estado desbordado y sociedade nacional emergente Mar, 2016.

Dessa forma a Figura 4 mostra que a Lima metropolitana atualmente divide em grupos de distritos: Lima Centro, Lima Sul, Lima Leste e Lima Norte. Os distritos fora de Lima centro caracterizam por uma urbanização mista de formalidade e informalidade. A expansão desregrada e desarticulada gerou uma desigual distribuição de serviços urbanos. Os bairros mais recentes e afastados principalmente não possuem segurança social e carecem de serviços e equipamentos urbanos. Um dos serviços mais contrastantes é o abastecimento de água tanto pelo potencial hídrico da região como também pela gestão deficiente. O litoral peruano apesar de possuir altos níveis de umidade no ar carece de precipitações significativas (com exceção no período do Fenômeno del Niño) por ter uma atmosfera muito estável, águas marítimas muito frias e subsidência atmosférica como indica o Instituto Geofísico do Peru (IGP, 2014). Assim sendo, a capital do Peru é considerada a segunda maior cidade do mundo localizada num deserto, sendo a primeira Cairo (AQUAFONDO, 2016).

TABELA 2 – População e precipitação de megacidade na América Latina.

Cidade	População aproximada (milhões)	Precipitação (mm/ano)
São Paulo	20	1,500
Mexico DF	22	1,158
Buenos Aires	14	1,146
Lima	9	9
Bogotá	7	800
Santiago	5	384

FONTE: Aquafondo. Estudio de Riesgos Hídricos y Vulnerabilidad del Sector Privado en Lima Metropolitana y Callao en un Contexto de Cambio Climático, 2016.

A Tabela 2 apresenta as baixas precipitações a comparação de outras megacidades da América Latina, a constante umidade do ar, mas sem chuvas representa aproximadamente só o 0,06% da precipitação anual de São Paulo. A

Aquafondo⁶ (2018) sinala que se distribuem uma média de 230 L/dia por habitante para a população que possui conexão com a rede pública de abastecimento. Mas à medida que a moradia é afastada do centro, o fornecimento fica mais descontínuo até funcionar algumas horas na semana e nos casos mais críticos o abastecimento é feito através de poços e/ou caminhões pipa.

O consumo médio de Lima é comparável a países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que mostra a desproporcionalidade no consumo, pois existe uma “compensação” no abastecimento pelos distritos menos consolidados Aquafondo. Segundo a Superintendência Nacional de Serviços de Saneamento (SUNASS, 2016) aproximadamente 700 mil habitantes não são fornecidos por água potável e pagam mais pelo fornecimento alternativo, pois gastam anualmente uma média de S/.724,00 mais que o resto da cidade. A isso se soma os custos na saúde já que o armazenamento da água geralmente é em envases de plásticos fora das casas o que eleva o risco de contaminação.

A rede pública de esgoto também mostra déficit e desigualdade. O relatório da Aquafondo destacou que em 2016 Lima Metropolitana para poder tratar o total de esgoto gerado seria necessário mais que o dobro do volume anual do principal rio da cidade e enquanto há um excesso de produção de águas residuais 6,3% da população usa fossa rudimentar, 2,3% usa fossa séptica e 1,9% faz uso de outro tipo sistema; o que quer dizer que aproximadamente um milhão de pessoas não possuem acesso à rede pública de esgoto, ver tabela 3.

TABELA 3 - Tipo de descarte de esgoto em Lima.

Tipo de descarte	Porcentagem da população.
Conexão com a rede pública de esgoto	89,5
Fossa séptica, tanque séptico ou biodigestor	2,3
Latrina (com tratamento)	1,1

⁶ Aquafondo – plataforma de articulação multisetorial de fomento da conservação, recuperação e aproveitamento sustentável das fontes de água para cidade de Lima.

Fossa rudimentar	6,3
Corpo hídrico direto	0,3
Ao ar livre	0,2
Outro	0,3

FONTE: INEI, com dados censitários de 2017

Outro aspecto do saneamento da cidade a considerar é a gestão dos resíduos sólidos. A expansão constante da cidade desafia a logística de limpeza dos distritos. Existe um manejo combinado entre o setor público e o setor privado formal e informal. A reciclagem virou um recurso importante para população pobre, mas é exercida na maioria das vezes de maneira informal e principalmente em locais de grande marginalidade. Das 8 mil toneladas produzidas diariamente pela cidade só 1% entra em processo de reciclagem e 20% não chega aos aterros sanitários e contribui com a permanência de lixões e a poluição dos rios (Vela, 2019).

A deficiente gestão de limpeza carece de equipamentos suficientes como também existe uma desarticulação do serviço com a população. Em determinados setores da cidade não há clareza nos horários e locais do recolhimento de lixo, o que tem gerado pontos críticos de acumulação intraurbanos. O Organismo de Avaliação e Fiscalização Ambiental nas suas siglas em espanhol OEFA, identificou em 2018, 187 pontos críticos em Lima Metropolitana dos quais 172 localizam fora da parte central de Lima.

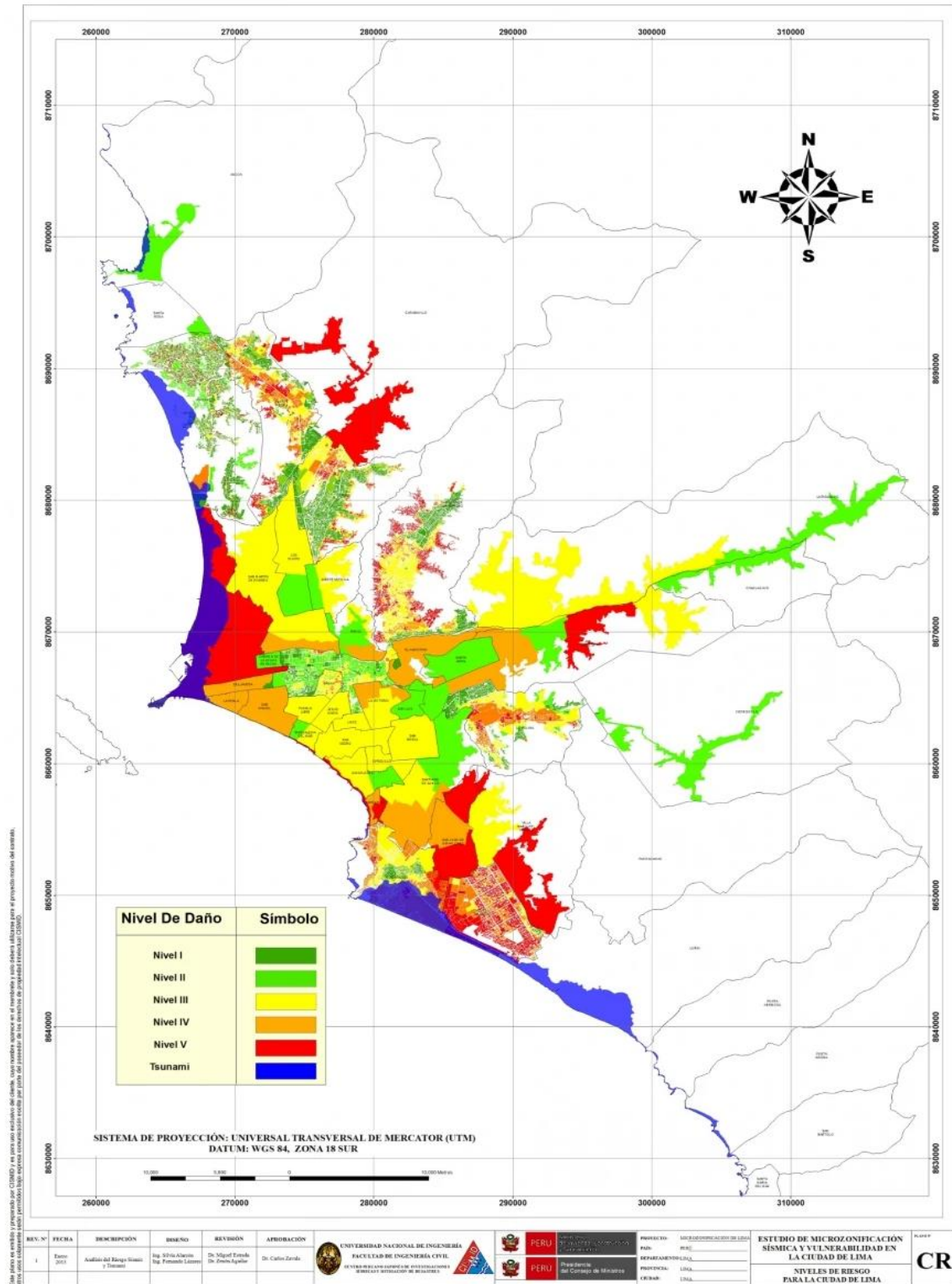
Outro fator que demarca um aproveitamento desigual da cidade é o transporte e a acessibilidade. Mais de 70% do espaço urbanizado apresenta dificuldades para acessar as vias principais; enquanto o local for mais periférico a essa problemática se intensifica. A maioria da população pobre localiza em locais íngremes, o que contribui para que o uso de veículos motorizados seja mais restrito. O uso de escadarias é muito disseminado na periferia e são construídas de forma autônoma, sem normas para o transeunte.

A falta de acessibilidade e a densificação desses espaços aumenta a vulnerabilidade a acidentes como incêndios e/ou a desastres naturais como

terremotos. Vale remarcar que o Peru é um dos países com maior potencial sísmico por se localizar no chamado Círculo de fogo do Pacífico onde a terra libera mais de 85% de energia acumulada no seu interior por processos de convecção subterrânea (IGP,2014).

Considerando a natureza sísmica da região deve considerar que determinados locais intraurbanos são mais propensos a desastres maiores que outros. As moradias com maior risco a destruição e deslizamentos localizam nos setores com maior altitude e declividade nos extremos sul, leste e norte como mostra em vermelho a figura 5. As periferias apresentam cobertas de moradias fora dos padrões de construção de segurança nos locais das ladeiras. Os estudos de Metzger et. al. (2015) apontam que aproximadamente um milhão de pessoas estão expostos a desastres sísmicos em Lima metropolitana.

FIGURA 5 - Mapa de vulnerabilidad sísmica de Lima



FONTE: Estudio de Microzonificación Sísmica y Vulnerabilidad en la Ciudad de Lima, CISMID, 2013.

A Figura 4 deixa explícita as diferenças entre os setores da cidade e isso pode ser atribuído ao modo de governança da cidade. Lima aglomera 43 distritos que possuem perfis políticos administrativos diferenciados entre si o que contribui a desintegração social e estrutural da cidade. Inicialmente a classe média e alta implantou urbanizações fortalecidas legalmente, por outra parte o déficit de moradia viabilizou a autoconstrução de bairros em terrenos públicos e privados e pertencem predominantemente a população pobre indígena e mestiça migrante. A constituição do país no TÍTULO IV *de la estructura del Estado*, artículo 194° respalda tanto o surgimento como o manejo administrativo e econômico autônomos dos distritos, fazendo com que os investimentos e recursos variem significativamente pela defasagem histórica e econômica.

Oito distritos superam os S/1000,00 Soles em orçamento anual por habitante, em quanto que em outros 30 distritos não se supera os S/ 500,00 Soles (Metzger et. al. 2015). A ineficiência das administrações dos distritos periféricos é suprida pelas organizações sociais dos territórios urbanos já que fornecem soluções para irregularidade da moradia e a falta de infraestrutura, conseguem articular programas governamentais com a população e são atores importantes na urbanização das periferias.

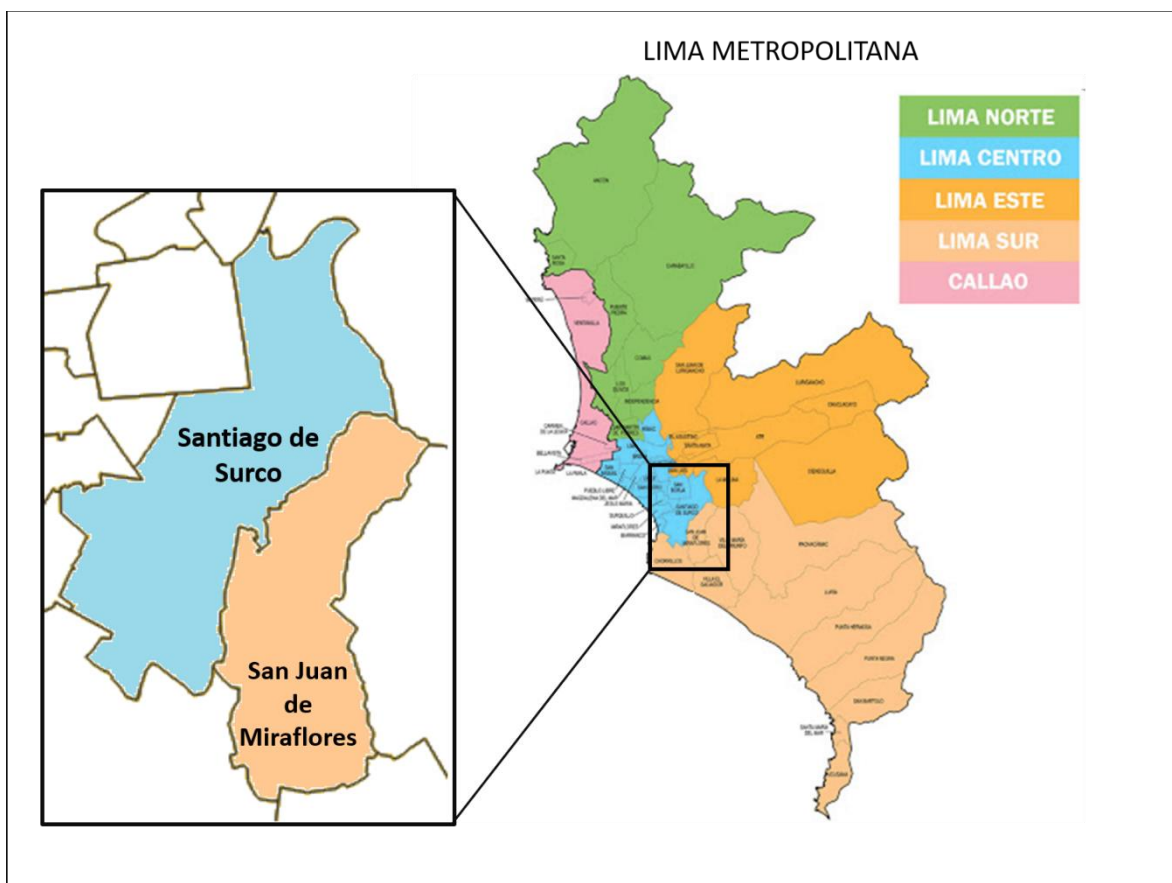
Mas essa dinâmica livre entre autonomia administrativa e as organizações sociais exterioriza contrastes territoriais na paisagem. Em quanto alguns setores da cidade são beneficiados de administrações eficientes, a outra é dependente das organizações sociais e sua ligação com o Estado. Ante isso não é incomum o surgimento de conflitos nos limites administrativos dos distritos, pois o modo de gerir o espaço também é uma forma de territorialização que conseqüentemente gera processos de segregação.

2.3 O muro divisor da cidade legal e da cidade real.

A estrutura atual da cidade viabiliza e reforça os contrastes e as vulnerabilidades socioambientais. A segregação renova e materializa em edificações que projetam a diferenciação entre grupos sociais. Neste segmento faz uma descrição de uma edificação segregativa explícita e se bem não constitui uma mostra representativa da dinâmica da cidade de Lima, é um caso válido de reflexão

para entender a interação dos fatores atuantes da metrópole. O grupo dos distritos centrais da capital são qualificados por pertencer a cidade legal e planejada. A região sul é conformada por distritos que surgiram com a ocupação improvisada (Figura 6).

FIGURA 6 – Mapa distrital de Lima com destaque para os distritos de Santiago de Surco e San Juan de Miraflores.



FONTE: Elaborado pela autora, 2020

No grupo de Lima Centro, sinalizado em azul na Figura 6, podem achar distritos caracterizados pelas residências de alto padrão, pelas comunidades habitacionais fechadas e por terem os melhores índices de desenvolvimento humano como o distrito sinalizado de Santiago de Surco com um IDH de 0,7371 em 2012 (INEI, 2014). Esse distrito faz fronteira com o distrito de San Juan de Miraflores sinalizado em cor bege no mapa. Este distrito pertence à região Lima Sul e assim

como outros setores fora de Lima Centro, surgiu de modo autoconstruído com moradias precárias e urbanizações heterogêneas desprovidas de infraestrutura urbana básica como o saneamento básico e asfalto (figura 7).

FIGURA 7 – Rua de Pamplona Alta



FONTE: Própria, 2019

Autores como Mar (2012) indicam a década dos anos 50 como marco das grandes ocupações organizadas no sul de Lima com o surgimento do assentamento humano “Ciudad de Dios”. Posteriormente na década de 60 diversos assentamentos humanos tinham consolidado dentro da rede urbana graças a ações urbanísticas improvisadas no campo da política urbana uma vez que o Estado regularizava rapidamente terrenos invadidos (DRIANT 1991). Uma destas comunidades é Pamplona que na sua expansão integra a Ciudad de Dios. As grandes extensões de assentamentos e as grandes massas de população que representavam 47% da população do sul de Lima levou o governo a formalizar os assentamentos que agora conformam os distritos Villa Maria del Triunfo (1961) e San Juan de Miraflores (1965).

Santiago de Surco e San Juan de Miraflores apresentam altos contrastes sociais desde seus surgimentos. A proximidade espacial entre eles gerou tensões que posteriormente derivaram em um dos maiores conflitos sociais da história recente da cidade. Os seus limites administrativos viraram referência de segregação em estudos acadêmicos e entre muitos meios de notícias locais e internacionais. Na fronteira distrital se localizam cerros onde existem manifestações físicas que justificam a polarização social da cidade: Um muro quilométrico separa os dois distritos, como mostra a figura 8.

FIGURA 8 - Muro divisor.



FONTE: Própria, 2019

A década dos anos 70 registra os primeiros conflitos entre os distritos. Na investigação de Santos (2011) o muro consolida após várias tentativas de afastar os crescentes assentamentos. Em 1971 aproximadamente 200 famílias ocuparam os terrenos próximos às áreas residenciais que pertenciam ao distrito de Santiago de Surco. O autor remarca que teve uma resposta imediata e violenta por parte das

autoridades, uma vez que o cenário de invasões próximas às residências repercutiu na mídia na época. A repressão das autoridades e a resposta dos ocupantes resultou em duas mortes e vários feridos na madrugada de 5 de maio de 1971.

Mesmo com as tensões sociais e conflitos físicos daquele ano a expansão dos assentamentos continuou pela falta de moradia para a população de baixa renda, enquanto outras ocupações multiplicaram nas proximidades da escola La Inmaculada que também pertence a Santiago de Surco. Ante isso associações de moradores de Santiago de Surco e com a iniciativa da escola empreenderam a construção de cercos perimétricos na parte mais alta do cerro que não impediu a expansão dos assentamentos ao longo das décadas de 70 e 80.

Santos (2011) indica que em 1975 a empresa urbanizadora Villa Sol que tinha construído uma das urbanizações mais requintadas de Lima, Las Casuarinas em Santiago de Surco, comprou a granja avícola que localizava na fronteira entre os distritos em uma das regiões com maior altitude do cerro. Após a compra em 1976 clausurou uma das vias de acesso entre os dois distritos, para isso a construtora posicionou grandes quantidades de desmonte para criar um morro artificial limítrofe com a intenção de proteger espacialmente e mercadologicamente uma das suas urbanizações mais exclusivas. Paralelamente San Juan de Miraflores continuou sendo adensada e acolhendo assentamentos humanos na década de 80.

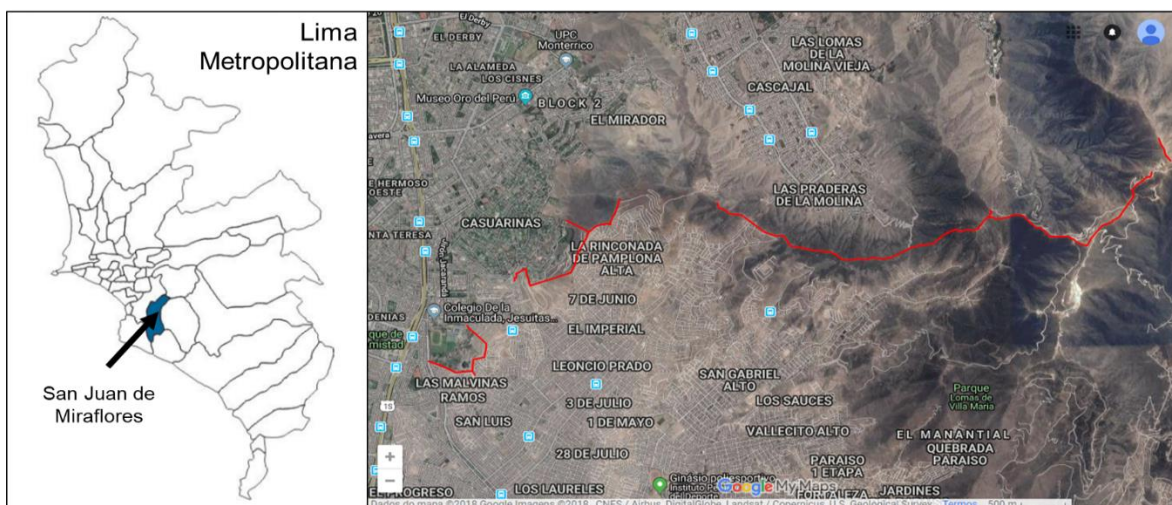
O encontro espacial de ambas as realidades poderia efetivar em outros pontos da fronteira posteriormente, em vista disso na década de 90 os dirigentes de Las Casuarinas chegaram a um consenso com os representantes de um dos assentamentos para realizar um projeto de arborização para dividir as duas zonas. Esse projeto não se concretizou, pois, houve uma mudança de dirigentes e ao mesmo tempo os assentamentos já tinham expandido até pontos mais altos do morro fronteiro e, portanto, as barracas eram visíveis do lado das urbanizações privadas de Santiago de Surco.

Os novos dirigentes optaram pelo início da construção de um muro reforçado de concreto e também pela compra de mais territórios no morro, o que ameaçava a população assentada já que poderiam ser despejados. Líderes comunitários dos assentamentos opuseram a construção e mobilizaram a população. Esse conflito

resultou em uma série de demandas judiciais entre as duas zonas e até na detenção do líder comunitário, do Assentamento 5 de Mayo, Juan Almeida. O conflito agudizou nos seguintes anos enquanto o muro continuava sendo construído até que o próprio presidente da República Alberto Fujimori teve que manifestar, mas só amenizou a situação construindo vias de acesso aos assentamentos (Santos, 2011).

O muro foi consolidado mesmo não concretizada a compra de mais territórios por parte dos representantes das urbanizações privadas. As barreiras se expandiram de forma intermitente por outras urbanizações que conformam uma ampla estrutura limítrofe entre a região central e a região sul. A figura 9 exibe em cor vermelha a ampliação desta demarcação fronteira que com o conhecimento das autoridades atinge aproximadamente 10 quilômetros de comprimento (PIGHI, 2015).

FIGURA 9 – Mapa de extensão do muro divisor nos limites do norte do distrito San Juan de Miraflores.



FONTE: Elaborado com dados de Geo GPS Peru E.I.R.L. 2016

O objetivo da construção desse muro é perceptível fisicamente, deixa claro o divisor visual, espacial e social o que nos levou a corroborar com os dizeres de Santos (2011, p. 125) o muro é o marco da segregação entre ricos e pobres; possui uma altura normal no seu limite circundante, mas o mesmo vira imponente na zona

que limita com os assentamentos humanos de Pamplona Baja, Villa Los Angeles e La Inmaculada; atingindo os três metros de altura em determinados pontos. Para o autor e conforme observação in loco o muro tem aparência de uma fortificação a qual não pode atribuir uma função meramente limitante. Ao longo de três décadas o muro construiu esporadicamente, cada ampliação acompanhou a extensão e o surgimento de novos assentamentos. É perceptível que a estrutura foi-se desgastando. Em certos locais é visível a heterogeneidade dos materiais da construção. Em quanto em alguns lapsos é feito de concreto em outros só possui arame farpado, como mostra a figura 10.

FIGURA 10 – Aramado no muro



FONTE: Própria, 2019.

Para entender as diversas dimensões e consequências que traz a consolidação do muro foram desenvolvidas entrevistas que posteriormente foram analisadas e apresentadas no decorrer da pesquisa. Os entrevistados foram membros da organização socioambiental Lomas de Pamplona atuante no distrito de San Juan de Miraflores e moradores dos assentamentos humanos que aceitaram participar da pesquisa. O objetivo da organização entrevistada é a preservação dos

vestígios do ecossistema natural no distrito. Por meio de eventos e passeios conscientizam a população local e visitante sobre a importância da qualidade ambiental na cidade. Os membros atuam em diferentes áreas, portanto consideram que os objetivos são interdisciplinares. Fazem recorridos de reconhecimento e conscientização pelo muro divisor pois este também interatua com os fatores ambientais além dos sociais, assim dentro de suas palestras também abordam aspectos relacionados à segregação.

Um dos ativistas e também morador de San Juan de Miraflores indica que a mídia local e internacional não perde interesse no muro já que a cada renovação da sua estrutura surgem novas matérias. Uma das partes mais altas (aproximadamente 2,5 metros) do muro foi construído recentemente, ver figura 11.

Esta é parte de construção mais recente e deve ter uns 6 anos, um pouco mais, um pouco menos. E é a que mais tem se evidenciado em muitas reportagens, em meios locais e internacionais. Cada uma tem uma narrativa sobre a função do muro. (Christian Rafael, Coordenador da Comissão de Ecologia e Cuidado da criação da Dioceses de Lurín - Lima Sur)

FIGURA 11 – Construção mais recente do muro.



FONTE: Própria, 2019

A leitura da população de Lima sobre o muro varia dependendo de qual lado do muro ela vem. Como mencionado pelo ativista Christian Rafael muitos dos principais meios jornalísticos do país e do mundo realizaram crônicas sobre as opiniões e justificativas da existência do muro. A partir do levantamento das reportagens mais recentes dos jornais da Cooperação Britânica de Radiodifusão (BBC, 2015), La República (2015) e Folha de São Paulo (2017), fica claro que moradores do distrito Santiago de Surco defendem a permanência da barreira fundamentando na questão da insegurança e da violência proveniente do lado dos assentamentos. Indicavam também que é uma forma de restrição de novas invasões e loteamentos organizados por traficantes de terrenos.

Por outro lado, em entrevista para esta pesquisa um membro da organização adverte sobre o valor econômico da zona geográfica não unicamente para o mercado imobiliário regular e irregular. Em décadas anteriores já registraram empreendimentos de exploração mineral na zona.

O risco não é unicamente de pessoas que querem viver aqui, senão também por empresas que extraem minério. Daqui podem ser extraídos insumos para produzir concreto, brita, areia fina, areia grossa. Então é uma área passível de exploração. (Elvis, jornalista e ativista do movimento Lomas de Pamplona, 2019).

O muro gera interpretações políticas, econômicas, sociais e até ambientais nos visitantes e nos colaboradores da organização. Christian Rafael como residente da zona reconhece a complexidade de abordar o tema da segregação entre os locais e não locais do distrito de San Juan de Miraflores. Ele indica que o muro não evitou as ocupações na cidade, só evitou a visualização delas.

Uma das regiões mais opulentas de Lima por um lado e uma das zonas com mais carências de outro. Alguns falam que é o muro que divide ricos em pobres, outros dizem que evita a expansão das invasões na cidade, mas na verdade só se evitou invasões do lado de Santiago de Surco. Também se diz que é uma questão estética porque o muro impede que se vejam as casas deste lado. Histórias sempre vão ter. Pontos de vista também. (Christian Rafael, 2019)

A segregação se faz palpável na estrutura do muro e no seu percurso histórico. São percebíveis os efeitos colaterais dessa estrutura, com ela procura evitar a visualização não só de estruturas precárias, mas também procura a invisibilidade de uma das diversas realidades da cidade.

É complexo falar do muro, mas é importante que as pessoas evidenciem isto. Em uma única visita do local se podem apreciar os contrastes da cidade. E por que não também usufruir a cidade desde aqui? Porque finalmente estamos na cidade, não estamos fora, estamos sim dentro dela. (Christian Rafael, Coordenador da Comissão de Ecologia e Cuidado da criação da Dioceses de Lurín - Lima Sur, 2019).

Na perspectiva do ativista, para entender melhor a metropolização da região Lima, é necessário usufruir a cidade desde fora e dentro das zonas segregadas e por isso é crucial incentivar à população a visitar o muro e as comunidades do lado do distrito de San Juan de Miraflores. Christian reforça a ideia de que a população local pertence a cidade a pesar da existência de uma barreira física e incentivar a visita do muro é uma forma a mais de ver essa cidade como um todo, de forma integral e real. A visibilização por trás do muro (do lado de San Juan de Miraflores) possui o intuito de exercer o direito a cidade dos que não são visíveis.

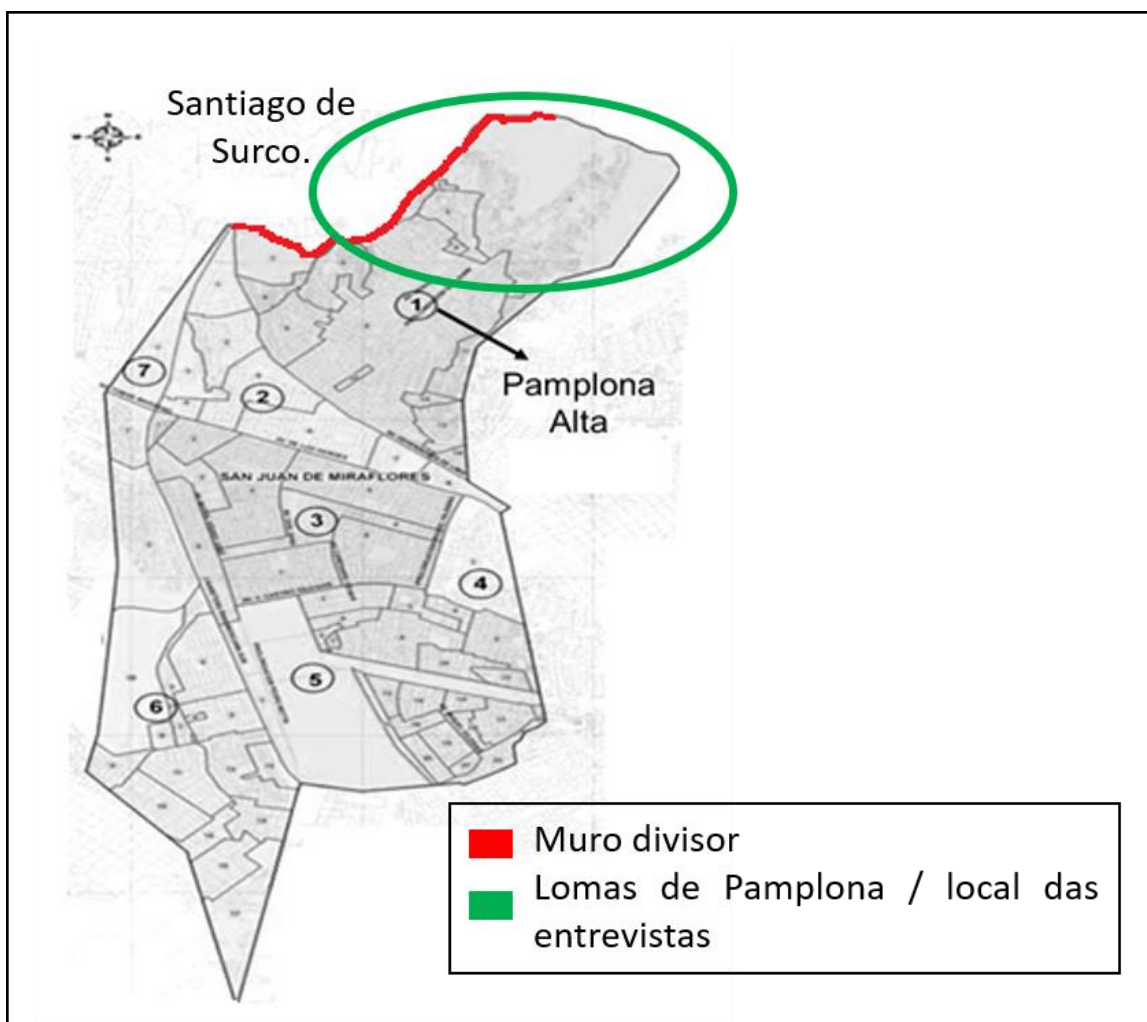
CAPÍTULO 3 - BARREIRAS SÓCIO AMBIENTAIS: DESDE E POR TRÁS DO MURO

O local do levantamento de dados é denominado popularmente Lomas de Pamplona, no qual existe a interação entre a população mais vulnerável do distrito de San Juan de Miraflores, o muro que segrega a cidade planejada e a cidade improvisada; e os vestígios do ecossistema natural Lomas Costeras. No primeiro segmento deste capítulo caracterizam as consequências da segregação na população, especificamente com o grupo de assentamentos humanos “Pamplona Alta”; no segundo segmento as consequências no ecossistema natural e finalmente no último segmento a resposta da população as condições sociais e econômicas. Devem-se frisar que Lomas de Pamplona não é uma área delimitada institucionalmente e sim como uma área identificada popularmente pelos habitantes locais.

3.1 Pamplona Alta

O distrito de San Juan de Miraflores é conformado por 7 zonas que por sua vez estão divididas em setores de conjuntos habitacionais e assentamentos humanos. “Pamplona Alta” é uma destas zonas, menos consolidado e um dos mais precários. A sua localização apresenta uma maior complexidade, pois colida com uma parte do muro. Com a pesquisa de campo, pretende-se caracterizar as dinâmicas socioambientais dos habitantes próximos ao muro, por existir uma influência dele no cotidiano do local (figura 12). Os dados bibliográficos desta parte da cidade não são sempre atualizados, desta forma os relatos oferecidos pela população deram apoio a este estudo.

FIGURA 12 – Localização do conjunto de moradias Pamplona Alta



FONTE: Elaborado com dados do Plan de desarrollo concertado 2012-2021 distrito de San Juan de Miraflores. MUNICIPALIDAD DISTRITAL DE SAN JUAN DE MIRAFLORES, 2012.

Pamplona alta é de difícil acesso geográfico, pois se localiza numa das regiões com a maior declividade do distrito. As suas vias de acesso não são asfaltadas e são mantidas e construídas muitas vezes pela população com ajuda de organizações. O acesso permite só veículos motorizados de menor porte como motocicletas ou as motos adaptadas chamadas mototáxis, como mostra a figura 13.

FIGURA 13- Mototáxi adaptado



FONTE: Própria, 2019

Um dos moradores explica:

Os serviços de transporte aqui chegam muito pouco. A única linha de ônibus que chega mais perto só chega nos locais mais planos e só funciona das 5 da manhã até as 5 da tarde. (Pascoal, morador do assentamento humano Flor da Amancaes, 2019)

O tipo de administração governamental autônoma apresenta ineficaz ante as crescentes demandas dos assentamentos do distrito. Os gastos do município per capita são só de S/. 172,00. Os baixos salários por parte da população, além da falta de confiança no sistema de gestão fazem com que a arrecadação dos impostos e das taxas de serviços não sejam suficientes para gestão do território urbano (Wiese, Miyashiro e Marcés, 2016). Os recursos outorgados pelo Estado também aplicam de forma ineficiente através do Fundo de Compensação Municipal (FONCOMUN). Esse fundo é estabelecido pelo governo central para promover inversão nos municípios com critério distributivo em favor de locais vulneráveis.

Este distrito apresenta até 80% de morosidade em impostos e não há como cobrir os gastos comuns do município e recorre a usar dinheiro do FONCOMUN mais para gastos administrativos que para obras através de ordenanças. (Javier, economista e ativista do movimento Lomas de Pamplona, 2019)

Segundo Wiese, Miyashiro e Marcés (2016) a ampla abertura para financiamento criou uma dependência de risco do município pelas doações que pode chegar a 35% do orçamento total. O planejamento urbano recebe pouco investimento (2%). A limitação de recursos gerou uma morosidade significativa nas obras que implementam; essas são continuadas cada vez que conseguem recursos o que leva a que projetos básicos demorem anos para ser culminados.

Consequentemente por um lado a taxa de informalidade é muito alta em questão de serviços especialmente na zona Pamplona Alta, onde existem sistemas paralelos de urbanização, a grilagem também é uma realidade no local e por isso a paisagem construída é heterogênea. Por outro lado, existem associações e cooperativas que viabilizam construções muitas vezes com ajuda parcial ou sem ajuda técnica e com materiais disponíveis a um orçamento restrito. Estima-se que em 2007 das 9.219 moradias consideradas pela pesquisa da Organização não Governamental Fomento da Vida (FOVIDA) em Pamplona Alta, 5.025 eram construídas com materiais alternativos ao tijolo e cimento.

A precariedade das moradias e sua localização aumenta o risco das pessoas ante acidentes. O tipo de material usado nas construções muitas vezes é altamente inflamável fazendo dos incêndios um dos acidentes com maior ocorrência. No caso de incidentes naturais como deslizamentos de massa por movimentos sísmicos, 38.744 pessoas em Pamplona Alta estão expostas a áreas de perigo (FOVIDA, 2017).

Com relação aos serviços urbanos básicos como saneamento o levantamento mostra um desabastecimento significativo. Desde a primeira via de

acesso à zona de Pamplona Alta visualizam copiosos depósitos de resíduos que misturados às águas cinzas⁷ ruas emanam fortes odores, ver figura 14.

FIGURA 14 – Acumulação de lixo.



FONTE: Própria, 2019

No decorrer das entrevistas muitos dos moradores ressaltam a falta da gestão dos resíduos no local. Um deles aponta:

Não há ainda um plano para o lixo. Deveria ter dias específicos de recolhimento para saber quando temos que tirar nosso lixo. O caminhão lixo está passando duas vezes por semana, mas não há um horário fixo. (Morador 1, 2019)

Para a gestão de resíduos líquidos é frequente o uso de métodos alternativos ao encanamento público. Segundo o censo de 2007 do INEI, 652 moradias não

⁷ Segundo a California Graywater Standards (1994), as águas cinzas são resíduos líquidos não tratados originados de edificações residenciais, sem contato com resíduos originados da bacia sanitária.

possuíam serviços higiênicos próprios. No local pode-se apreciar que em zonas afastadas das casas mais elevadas existem cubículos para banheiros, ver figura 15.

FIGURA 15 – Cubículo usado como banheiro.



FONTE: Própria, 2019

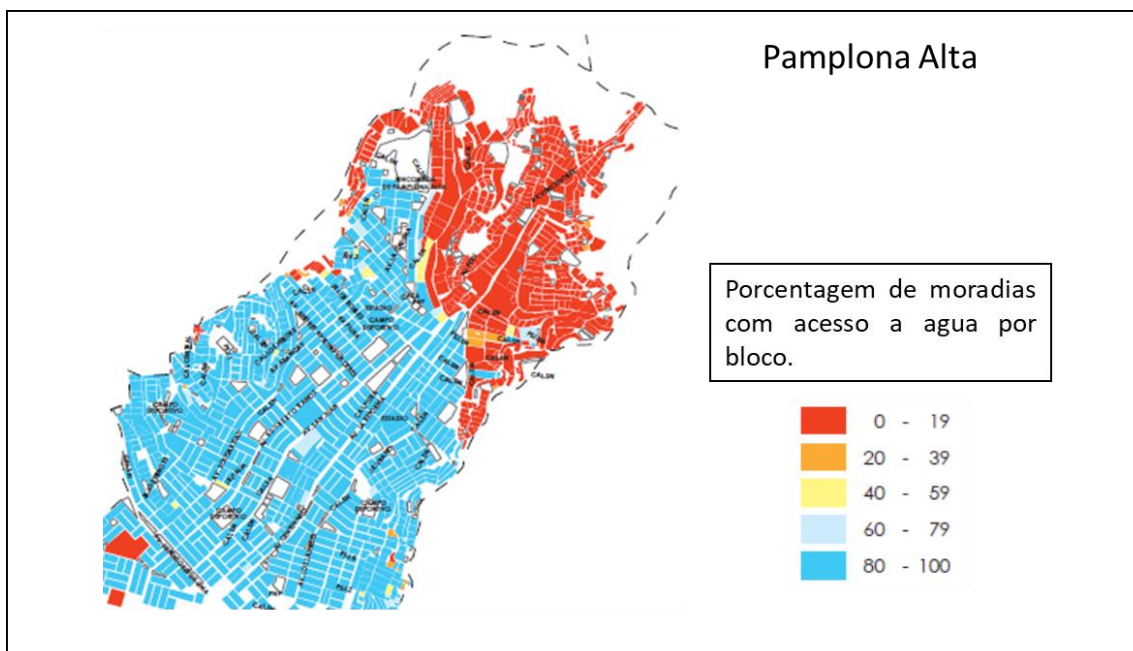
Um dos moradores entrevistados explica a gestão das águas residuais: “Aqui é muito comum às fossas rudimentares para as necessidades básicas. As águas de limpeza se jogam fora da casa”. E acrescenta como as fossas são construídas “por conhecimento comum, um ajuda ao outro. Mas também se contratam técnicos, depende da casa”.

Outro morador que recebeu ajuda técnica de uma organização que atuou no local explica que o tipo de banheiro instalado na sua moradia satisfaz suas necessidades.

Muitos usamos o banheiro ecológico. Estão funcionando perfeitamente bem, são mais higiênicos. Além do mais se gera fertilizante para manter plantas. Por isso é bom; há dois benefícios com o banheiro ecológico. (Manoel, morador do assentamento humano Flor de Amancaes, 2019).

Com relação ao abastecimento de água o censo de 2007 do INEI apontava que 672 moradias não possuíam conexão à rede pública. Na figura 16 observa que na parte mais ao norte e com maior pendente localizam a maioria das moradias sem acesso ao abastecimento público.

FIGURA 16 – Acesso à água em Pamplona Alta por bloco.



Fonte: Planos de los distritos de Lima Metropolitana a Nivel de Manzanas INEI, 2016

O abastecimento de água para essas zonas é realizado por caminhões pipa por distribuidores privados. Os caminhões sobem até os níveis onde a estrada não asfaltada consegue comportar seu tamanho (figura 17). Existem pontos fixos de abastecimento onde os habitantes precisam levar envases para transportar água.

FIGURA 17 – Camião Pipa subindo as ladeiras.



FONTE: Própria, 2019

Como observado na figura 17 o fornecimento de água depende também do estado das estradas que por sua vez são construídas e mantidas pelos moradores. Vale lembrar que a natureza sísmica da cidade aumenta a dificuldade do abastecimento água.

Foram observados encanamentos instalados de maneira improvisada que bombeiam a água para algumas moradias que armazenam a água em tanques fora da construção (figura 18).

FIGURA 18 – Tanque externo para guardar água.



FONTE: Própria, 2019

Um dos moradores manifesta sobre o problema de água:

Aqui a água é o maior problema. No inverno os caminhões pipa tem dificuldades para subir pela lama e no verão a água se acaba rápido. Estamos lutando por isso para melhorar a situação aqui. Também antes já houve problemas com a qualidade da água dos caminhões. Se conversou com a municipalidade para que investigue isso. Pela água se sofre.

(Pascoal, morador do assentamento humano Flor de Amancaes, 2019)

Muitos dos conjuntos habitacionais já foram registrados no município e seus habitantes possuem uma identidade com cadastro no distrito, mas mesmo assim as moradias não são abastecidas em questões básicas. Um dos ativistas da organização respondem a isto:

A área atual onde se encontram muitas das moradias está como perfil agropecuária no zoneamento da cidade. Existe uma pendência. É uma luta dos moradores já algum tempo para modificar o tipo de registro das áreas consolidadas. O perfil agropecuário impossibilita a construção de sistemas de abastecimento no local de forma formalizada. (Javier, economista e ativista do movimento Lomas de Pamplona, 2019).

Por outro lado, também mencionam que o órgão “Defensa Civil del Peru”, ou seja, a instituição Nacional de Defesa Civil, responsável pela prevenção a desastres, não possibilita o zoneamento como urbe às partes com maior inclinação de Pamplona Alta. Mesmo com a inviabilidade legal e geográfica do local continuam sendo dispostos lotes especialmente por traficantes que atuam oferecendo-os no interior do país criando falsas expectativas de oportunidades na capital.

3.2 Dinâmicas com o ecossistema natural.

Os ativistas da organização também mencionam que existe um fator ecológico latente que influencia tanto o distrito como a cidade. A área denominada Lomas de Pamplona possui vestígios do ecossistema natural Lomas Costeiras, (por isso o nome Lomas) o qual é um dos mais susceptíveis do litoral Pacífico. Segundo Paniagua (2014) é formado por colinas influenciadas pelos ventos úmidos da corrente de Humboldt. Aflora em uma determinada época do ano (de maio a outubro) pois depende de temperaturas frias entre as regiões baixas da Cordilheira dos Andes e o começo do litoral. A umidade marítima ao entrar em contato com as encostas dos cerros produz garoas localizadas que permitem uma afloração singular diferenciando-a das partes mais elevadas dos andes de climas secos e afastados do litoral (figura 19).

FIGURA 19 – Vestígios de Lomas Costeras em San Juan de Miraflores.



FONTE: Foto fornecida pela organização Lomas de Pamplona (2019).

Esse ecossistema é vulnerável ante a extensão desregada da cidade. Restam 70 mil hectares na província de Lima e somente 37 hectares em San Juan de Miraflores. O que anteriormente já foram grandes paredões florísticos no entorno de Lima agora são urbanizações muitas delas com baixa qualidade de vida pela irregularidade e pelos riscos à saúde que produz o clima das Lomas Costeiras. Isso se deve a que as densas névoas formadas nas declividades fazem que o ar chegue a um 100% de umidade por tempos prolongados, isso junto ao frio e à pressão da atmosfera nessa altura deriva em doenças respiratórias quando há uma exposição permanente. Deve indicar também que a visibilidade fica prejudicada. Segundo alguns moradores a visibilidade é de três metros e incrementa as chances de delitos como afirma um morador “Aqui em inverno quando a nevoa está carregada, como não dá para enxergar muita coisa, há roubos nas casas”. Nas visitas para

levantamento de dados realizadas no mês de outubro se observou moradias improvisadas nos locais de alta densidade de água no ar, ver figura 20.

FIGURA 20 – Moradias nas partes mais elevadas.



FONTE: Própria, 2019

As ocupações feitas nos picos dos cerros criaram uma tensão entre os moradores de Pamplona Alta. Muitas das moradias ali localizadas surgiram em um dos últimos loteamentos realizados por traficantes. Fica claro que a grilagem de terrenos é uma das principais ameaças sociais ambientais do local. O “tráfico de terrenos”, como é conhecido no Peru, consiste em oferecer lotes a pessoas com extrema necessidade, especialmente a moradores do interior dos Andes ou da Amazônia peruana. Estes lotes se localizam em áreas geograficamente e ambientalmente vulneráveis. No local é possível observar as estruturas que usam para “lotear”. As denominadas “Pircas” são aglomerados de pedras que formam uma plataforma no cerro (figura 21). Essa plataforma que demarca o “lote” é oferecida por S/. 5,000.

FIGURA 21 – Pircas.



FONTE: Própria, 2019

Vale ressaltar que a preservação do ecossistema natural do local é também influenciada pela presença do muro.

De um lado ainda existem Lomas intatas porque não são ocupadas, ou seja, o muro evitou a ocupação desse espaço natural do lado de lá, mas por outro lado o muro consolidou a ocupação aqui afetando o ecossistema deste lado. (Elien Alejandro, ativista do movimento Lomas de Pamplona, 2019)

A construção dessa barreira visual não só resguarda a estética de Santiago de Surco, mas também projeta uma permissibilidade na urbanização do lado de San Juan de Miraflores, portanto, os vestígios do ecossistema do lado segregado estão mais expostos à urbanização irregular (figura 22).

FIGURA 22 – Contraste de cobertura de Lomas



FONTE: Própria, 2019

3.3 Mobilização socioambiental como resposta a precariedade.

Uma parcela da população de Pamplona Alta percebe a necessidade de preservação desse ecossistema. Os benefícios são ambientais e econômicos. A flora quando preservada evita deslizamentos que podem afetar aos moradores. As Lomas Costeiras são moradias de uma variedade grande de animais, especialmente de pássaros, e é um purificador natural do ar, muito necessário para o tipo de ar que apresenta uma grande metrópole como Lima.

Pelo lado econômico previamente já surgiram iniciativas de ONGs que instalaram nas encostas sistemas de captura de névoas como visualizado na figura 21 que produziam até 1100 litros de água não potável em poucos dias para a manutenção das Lomas e outros usos locais. Atualmente estão desativadas por falta de manutenção (Figura 23).

FIGURA 23 - Sistemas de captura de névoas.



FONTE: Própria, 2019

Existe também o potencial turístico ecológico como em outros lados da cidade onde podem ser achados vestígios desse ecossistema. Assim surge um movimento socioambiental entre a organização Lomas de Pamplona e os moradores do assentamento humano Flor de Amancaes a partir da conscientização ambiental dos moradores, ainda quando eles podem fazer uso das Lomas para outras construções pela permissividade dos governantes.

Aqui podiam ter construído espaços de recreação entre outras coisas, mas os moradores do assentamento humano Flor de Amancaes nos contatou para manifestar seu desejo de preservação das áreas altas dos cerros. Surgiu então a ideia do ecoturismo. A longo prazo com uma capacitação dos moradores pode gerar renda

para a comunidade. (Javier, economista e ativista do movimento Lomas de Pamplona, 2019)

Os moradores desse assentamento conscientizam outros assentamentos além de ajudar a construir trilhas para os visitantes do ecossistema. Na época das entrevistas ainda estavam elaborando projetos para gerar produtos de consumo como, artesanato e comidas; e já estabeleceram um local de encontro no assentamento no qual num grafite pode-se ler: “Nascemos e Florescemos como a Flor de Amacaes” (figura 22).

FIGURA 24 – Grafite no local de encontro.



FONTE: Própria, 2019

Esse movimento procura o reconhecimento das áreas não ocupadas das Lomas como áreas de preservação no planejamento urbano a nível metropolitano, a partir do Zoneamento. Com isso evitaria o avanço do “tráfico de terrenos” e desenvolveria um projeto turístico a modo de incentivar a educação ambiental

urbana, visibilizar a realidade social da zona de Pamplona Alta e criar outras fontes econômicas para os moradores.

Se sabe da existência de outros empreendimentos ecoturísticos em outros lados da cidade parecidos. Mas aqui há uma necessidade de mostrar a comunidade. Ao mesmo tempo é necessário conscientizar a população de San Juan de Miraflores já que as Lomas de Pamplona são a única área verde do distrito. (Elien Alejandro, ativista do movimento Lomas de Pamplona, 2019)

Por agora os voluntários organizam visitas uma vez por semana de forma gratuita já que é necessário um estudo e o aval do Ministério do Meio Ambiente para formalizar o empreendimento turístico e cobrar ingressos. O percurso inclui o reconhecimento da realidade das comunidades; caminhada pelas Lomas para apreciar a diversidade florística e aprender sobre sua importância e suas ameaças; e finalmente um encontro com o muro divisor para visualizar a paisagem contrastante no pico do cerro. Os visitantes são do próprio distrito e das partes centrais de Lima (figura 25)

FIGURA 25 – Visitantes das Lomas de Pamplona.



FONTE: Própria, 2019

Quando perguntamos sobre os benefícios do empreendimento os moradores respondem:

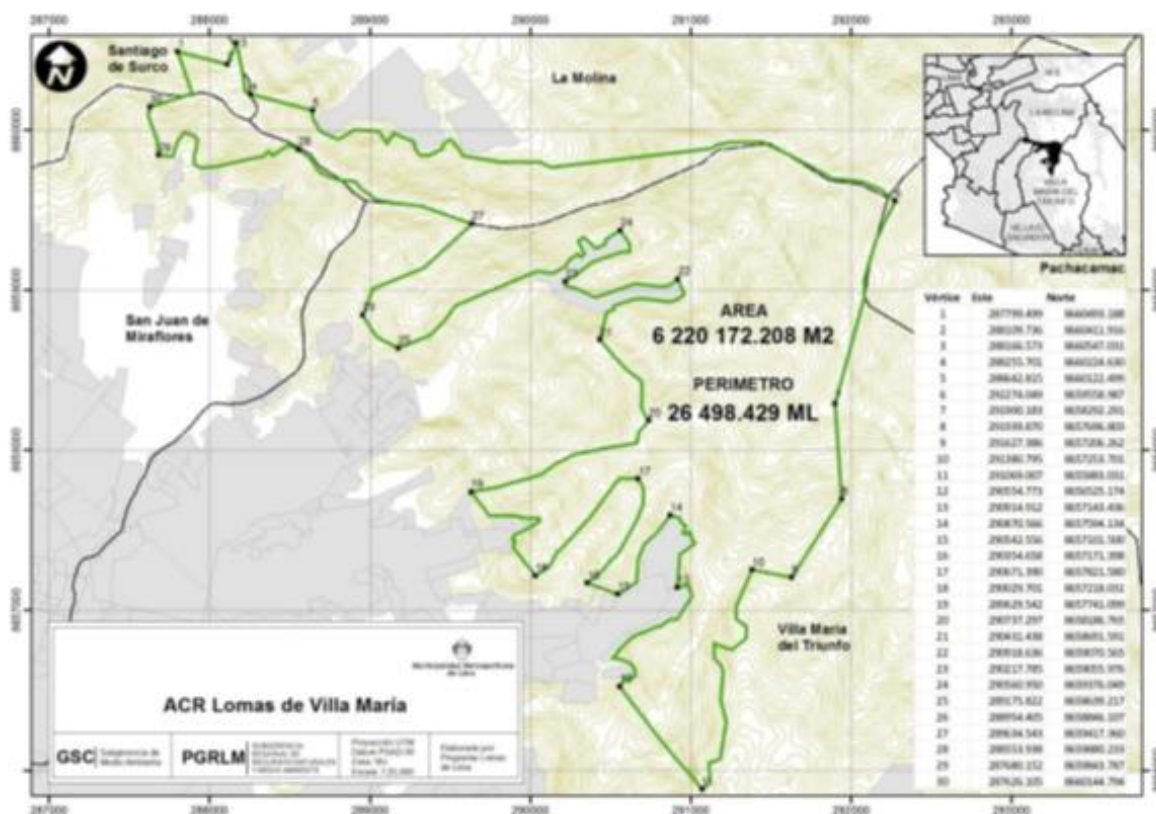
A ajuda principal vai ser a questão dos ingressos para nossos lares. Aqui mesmo no distrito, as Lomas estão começando a ficar conhecidas. Estamos começando e ainda não há retorno, mas acreditamos que a longo prazo vai ajudar o assentamento. (Pascoal, morador do assentamento humano Flor de Amancaes, 2019)

Achei bom receber apoio da organização Lomas de Pamplona. Eles estão querendo proteger esta área. A articulação deles com o município trouxe já algumas facilidades para cuidar da área. Vai ser

bom para nós. Nem todos os lugares de Lima têm isso (Manoel, morador do assentamento humano Flor de Amancaes, 2019)

Após numerosas iniciativas de preservação em vários locais periféricos de Lima onde podem ser achados vestígios do ecossistema Lomas Costeras, a Municipalidade Metropolitana da Cidade apresentou ao Ministério do Meio Ambiente, ao Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) um projeto de um sistema de áreas de conservação o qual abrangeria as áreas naturais de Lomas de 10 distritos (Figura 26).

FIGURA 26 – Integração das Lomas.



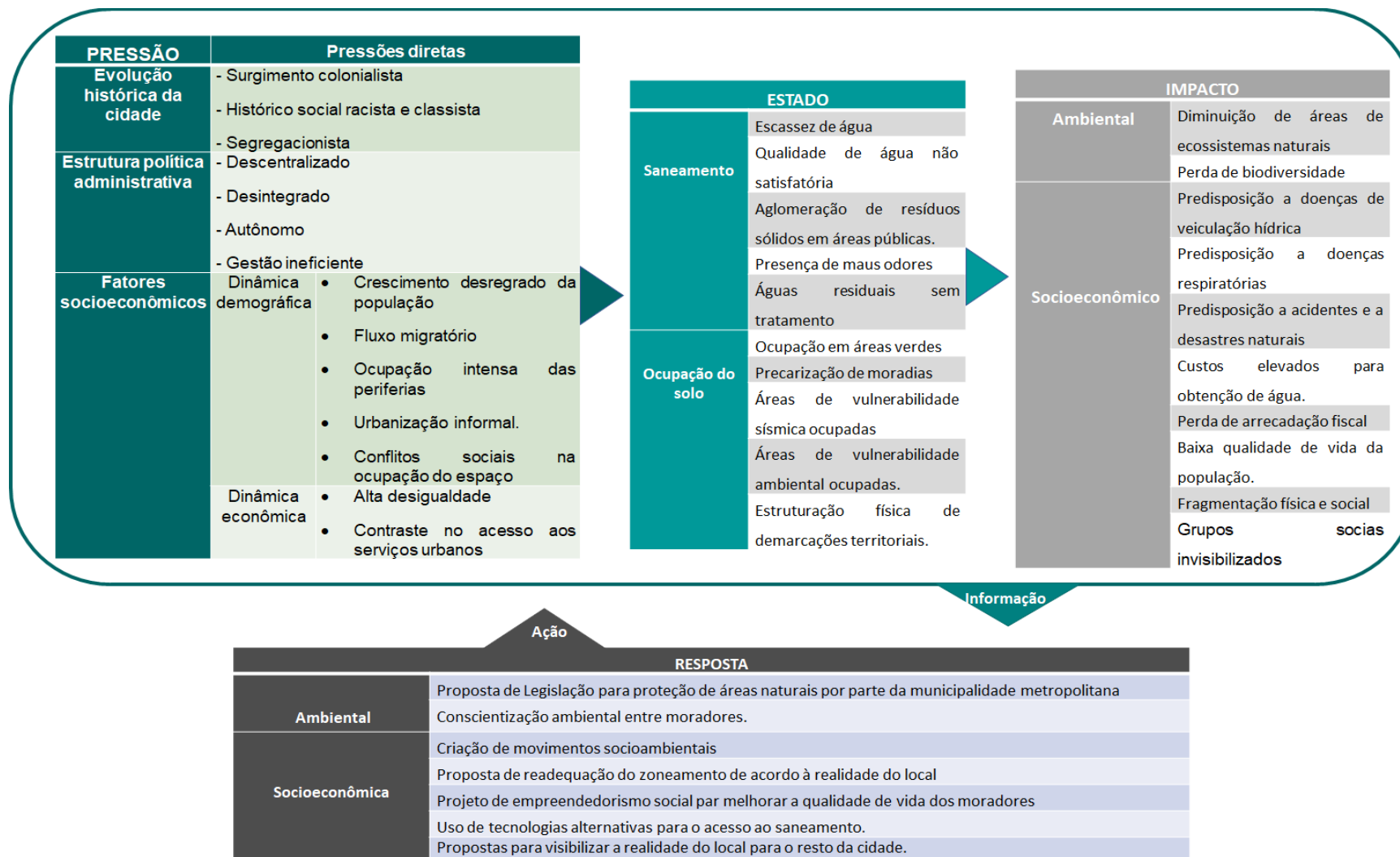
Fonte: Área de conservación regional Lomas de Lima. Municipalidad Metropolitana de Lima, 2019.

No documento da proposta a área natural do distrito de San Juan de Miraflores integraria as áreas de preservação de outros três distritos como indica a figura 26. A junção das Lomas dos 4 distritos significaria 622 hectares de área protegida. No caso da efetivação do projeto as Lomas de Pamplona receberiam recursos da Municipalidade Metropolitana de Lima para sua preservação, aliviando certos gastos por parte do município distrital, além de dar visibilidade as comunidades próximas.

CAPÍTULO 4 - Geração e interpretação da matriz PEIR.

A análise possui um enfoque interpretativo para reconhecer os diferentes elementos atuantes na problemática relatada e as diferentes interações que podem ser sinalizadas entre eles. Perceba-se a indução de uma avaliação holística explícita no capítulo 1. A história e o sistema econômico e político influenciaram o local de estudo de maneira interescalar, relatado no capítulo 2. As questões tangíveis do local apresentam como consequências, mas também como causas de outros problemas socioambientais, descritas no capítulo 3. O diagrama de interação (Figura 27) que destacamos após o estudo é o seguinte.

FIGURA 27–Interação dos elementos identificados nas Lomas de Pamplona na matriz PEIR



FONTE: Mapa elaborado pela autora, 2020

4.1 Interações encontradas.

A seguir apresentam as tabelas resultantes que identificam os elementos levantados dentro da matriz PEIR para o caso das Lomas de Pamplona, afim de sinalizar as interações e sintetizar a leitura da problemática apresentada. Na tabela 4 são apresentados os fatores que determinam a pressão na problemática socioambiental do local de estudo. Vale ressaltar que aqui são considerados não só elementos imediatos. Dando continuação a perspectiva da ecologia política que identifica o papel da historicidade do espaço.

Na tabela 4 a seguir são apresentados os fatores que determinam a pressão na problemática socioambiental do local de estudo. Vale ressaltar que aqui são considerados não só elementos imediatos. Dando continuação a perspectiva da ecologia política também identifica o papel da historicidade do espaço.

TABELA 4 – Detalhamento de Pressão para as Lomas de Pamplona.

Pressão	Pressões diretas	
Evolução histórica da cidade	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento colonialista - Histórico social racista e classista - Segregacionista 	
Estrutura política administrativa	<ul style="list-style-type: none"> - Descentralizado - Desintegrado - Autônomo - Gestão ineficiente 	
Fatores socioeconômicos	Dinâmica demográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento desregrado da população • Fluxo migratório • Ocupação intensa das periferias • Urbanização informal. • Conflitos sociais na ocupação do espaço.
	Dinâmica econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Alta desigualdade • Contraste no acesso aos serviços urbanos

FONTE: Elaborado pela autora, 2020

A evolução histórica de Lima exerceu uma grande influência no tipo de urbanização resultante e que ainda se desenvolve. Existem ainda uma “herança” de um sistema colonialista na interação dentro dos grupos sociais. A distribuição

demográfica conota um viés racial, no qual ainda objetiva uma separação de classes, o que deriva em práticas segregacionistas de forma física e política.

O sistema administrativo e político descentralizado derivou em um Estado pouco atuante e desintegrado. A autonomia administrativa e econômica intraurbana entre os distritos da cidade reforçou as diferenciações sociais preexistentes. Existe uma disfuncionalidade que impede a cidade se desenvolver de forma orgânica e a gestão é ineficiente de forma interestescalar.

A dinâmica demográfica do país impactou a capital, existe uma centralidade econômica no litoral especialmente em Lima. O crescimento demográfico acelerado e o fluxo migratório extrapolaram a capacidade administrativa da cidade planejada, isto derivou para que Lima seja uma capital de um país subdesenvolvido que alberga aproximadamente um terço da população total do país.

A expansão da cidade se desenvolve através de ocupações não planejadas das periferias. A urbanização informal precede a formalidade. A capacidade espacial também está comprometida o que decorre em conflitos entre grupos sociais para ocupar o espaço e na territorialização ao acesso a recursos urbanos derivando em uma alta desigualdade.

A tabela 5 caracteriza a situação dos elementos percebidos em campo e dados que foram levantados através de instituições que refletem a realidade atual.

TABELA 5 – Detalhamento de Estado para as Lomas de Pamplona.

ESTADO	
Saneamento	Escassez de água
	Qualidade de água não satisfatória
	Aglomeração de resíduos sólidos em áreas públicas.
	Presença de maus odores
	Águas residuais sem tratamento
Ocupação do solo	Ocupação em áreas verdes
	Precarização de moradias
	Áreas de vulnerabilidade sísmica ocupadas
	Áreas de vulnerabilidade ambiental ocupadas.
	Estruturação física de demarcações territoriais.

FONTE: Elaborado pela autora, 2020

O alto contraste no subministro de serviços urbanos é notório no local da pesquisa. Existe um déficit crítico de serviços básicos de saneamento. Como observado no capítulo 2, Lima não se destaca por ser uma cidade com uma ampla reserva hídrica a comparação de outras cidades da América Latina; a má gestão dos recursos hídricos significa o desabastecimento da sua população mais vulnerável, portanto a escassez de água é uma constante no local.

O tipo de ocupação urbana compromete o abastecimento e armazenamento de água, estes desenvolvem de forma precária afetando a qualidade da água. Para reforçar a situação grave do saneamento a gestão pública é desconexa com a dinâmica do local, isso se verifica na acumulação de resíduos sólidos e na inexistência de rede de esgoto.

A ocupação do solo de forma informal, massiva e acelerada comprometeu os vestígios naturais locais, o que decorre na escassez das áreas verdes não somente do local, mas também da cidade como um todo. Por ter extrapolado a capacidade espacial regular, regiões de alta vulnerabilidade sísmica e ambiental foram ocupadas com moradias precárias. Quando este tipo de urbanização encontra com a cidade legal, as elites procuraram a diferenciação do espaço por meio de estruturas físicas como um muro.

A tabela 6 remarca o Impacto, ou seja, as consequências imediatas da situação atual tanto nos habitantes como no meio natural.

TABELA 6 – Detalhamento de Impacto para as Lomas de Pamplona

IMPACTO	
Ambiental	Diminuição de áreas de ecossistemas naturais
	Perda de biodiversidade
Socioeconômico	Predisposição a doenças de veiculação hídrica
	Predisposição a doenças respiratórias
	Predisposição a acidentes e a desastres naturais
	Custos elevados para obtenção de água.
	Perda de arrecadação fiscal
	Invisibilidade de grupos sociais.
	Fragmentação física e social
	Baixa qualidade de vida da população.

FONTE: Elaborado pela autora, 2020

Os impactos resultantes são diversos, mas podem ser destacados os ambientais e socioeconômicos. A urbanização irregular das áreas verdes afeta os vestígios do ecossistema natural Lomas Costeiras o que por sua vez põe em perigo a diversidade biológica da cidade. Com relação a falta de infraestrutura básica, a crise local do saneamento aumenta a vulnerabilidade ainda mais dos moradores.

Fica claro que há uma predisposição a doenças respiratórias e de veiculação hídrica no local. Os custos de vida se elevam pelo tipo de urbanização e a geografia; o abastecimento de água, um bem vital, é mais dispendioso para quem mora nas áreas de perigo ambiental e sísmico. Além do desabastecimento o risco de desastres naturais e acidentes se eleva neste ponto. O estado do local suscitou a baixa qualidade de vida dos moradores, e a desconfiança pela gestão pública; comprometendo a arrecadação fiscal já seja por evasão ou por falta de renda. A falta de arrecadação em um sistema autônomo perpetua mais ainda a vulnerabilidade econômica do local. A precariedade fica visível na paisagem do local e para isso não afetar a estabilidade nem a qualidade de vida dos grupos mais privilegiados próximos, estes procuram a Invisibilidade da realidade do grupo vulnerável. Assim formaliza a fragmentação social e física da cidade de forma planificada.

Finalmente a tabela 7 estabelece a Resposta, que são as ações da comunidade e dos atores políticos que foram registradas frente a problemática presente.

TABELA 7 – Detalhamento de Resposta para as Lomas de Pamplona

RESPOSTA	
Ambiental	Proposta de Legislação para proteção de áreas naturais por parte da municipalidade metropolitana
	Conscientização ambiental entre moradores.
Socioeconômica	Criação de movimentos socioambientais
	Proposta de readequação do zoneamento de acordo à realidade do local
	Projeto de empreendedorismo social par melhorar a qualidade de vida dos moradores

	Propostas para visibilizar a realidade do local para o resto da cidade.
	Uso de tecnologias alternativas para o acesso ao saneamento.

FONTE: Elaborado pela autora, 2020

A população percebeu um potencial não somente econômico, mas também social nas Lomas de Pamplona. Para isto observou a necessidade da mobilização socioambiental tanto para a conscientização de locais e não locais como para a viabilização de propostas de empreendedorismo social. Dentro das propostas está a readequação do zoneamento de acordo a realidade do local, pois o zoneamento atual não atende as necessidades da população nem as demandas ambientais. A proteção ambiental projeta também a visibilidade da realidade dos moradores impedindo a invisibilidade promovida pelas elites da cidade.

Por outro lado, percebe-se que a comunidade é altamente adaptável e receptível a tecnologias alternativas para adversar à gestão deficiente e à falta de políticas públicas de saneamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas da cidade não podem ser reduzidos a uma única perspectiva disciplinar de análise. A cidade comporta-se como um organismo com um complexo sistema de interações, portanto a pesquisa demanda uma visão holística que seja capaz de abordar elementos interescares e tangenciais como também considerar a historicidade como um fator de importante influência. A convergência de enfoques e a geração de conhecimentos hibridas facilitam a leitura das problemáticas da cidade.

Entende-se com a Ecologia Política que as populações menos favorecidas e desprovidas de poder político e econômico são desfavorecidas territorialmente e que esse desfavorecimento faz parte de projetos determinados por grupos privilegiados da cidade, por processos inerentes ao sistema atual dominante e pelo próprio Estado.

A consolidação de Lima está fortemente influenciada pela história do Peru mesmo antes de ter concebido esta como a capital do país. O encontro de duas culturas altamente contrastantes no processo de colonização determinou as dinâmicas sociais que se refletem até os dias de hoje. Existem ainda hierarquias sociais de influência colonialista, isto percebe quando observa que os espaços menos privilegiados da cidade são ocupados por determinados grupos sociais e raciais.

O contato físico de grupos altamente contrastantes pode derivar em interações conflitivas. A violência por parte de grupos privilegiados não manifesta necessariamente em atos físicos, mas sim por meio das instituições que regem a cidade e por meio de uma estrutura urbana que os favoreça. A construção de fronteiras físicas objetiva a delimitação dos recursos da cidade e a omissão da realidade total da cidade. A negação visual e política dos mais desfavorecidos não impede a sua interação com o resto da cidade, pois eles são só impedidos dos benefícios, mas não da funcionalidade econômico da cidade.

Percebe-se que no caso estudado em Lima que a fragmentação urbana afeta tanto os habitantes quanto os ecossistemas naturais da cidade. O muro construiu para fazer uma clara diferenciação social, e transferir determinados problemas

urbanos como a grilagem para o local mais abandonado pelo Estado. Assim tanto o espaço construído como o espaço natural do distrito mais pobre são impactados de maneira mais profunda pela protelação do sistema governamental.

As instituições políticas beneficiam claramente um setor da cidade antes isso os mais desfavorecidos criam sistemas de respostas. A organização por meio de movimentos socioambientais da população desfavorecida permite que adquiram maior poder de articulação política. No caso estudado a conscientização ambiental permitiu que consolidem objetivos comuns entres os moradores para poder responder tanto à ineficiência do Estado como à precariedade.

Referencias

ALIMONDA, Hector. Notas sobre la ecología política latinoamericana: arraigo, herencias, diálogos. *Ecología política*. n. 51, p. 36-42, 2016. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?p=6017> Acesso em: 01 out. 2019.

ANDRADE, L. M. S.; BLUMENSCHNEIN, R. N.. A nova ecologia da cidade: uma conexão importante para a ciência do Desenho Urbano no Brasil. In: III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO, 2014, Belém Anais... Belém UFBA, 2014.

AQUAFONDO. Huella hídrica de los usuarios de agua de Lima metropolitana, 2018. Disponível em: https://issuu.com/aquafondolima/docs/huella_h_drica_de_los_usuarios_de_a. Acesso em: 30 out. 2019.

BANCO MUNDIAL. Población que vive en barrios de tugurios (% de la población urbana) (2014). Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/EN.POP.SLUM.UR.ZS?end=2014&start=2004&view=chart> Acesso em: 03 out. 2019.

BETHELL, Leslie. História da América Latina VOL. II: A América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 2004.

BOEIRA, Sergio Luis. Ecologia política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. *Ambient. soc.*, Campinas, n. 10, p. 85-105, junho 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100006&lng=en&nrm=iso Acesso em: 03 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2002000100006>

CALDEIRA, Teresa. Pires. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CALIFORNIA GRAYWATER STANDARDS. Graywater systems for single family dwellings. Código Administrativo da Califórnia. Título 24. Parte 5, 1994. Disponível em: http://www.water.ca.gov/wateruseefficiency/docs/graywater_guide_book.pdf. Acesso em: 15 março 2019.

CÂMARA DE COMÉRCIO DE LIMA. La desigualdad de ingresos se reduce en mayoría de regiones. Disponível em: <https://www.camaralima.org.pe/repositorioaps/0/0/par/iedep-revista/iedep.%20040416.pdf> Acesso em: 12 jan. 2020

CASTELLS, Manuel. La cuestión urbana. México, 12 ed. Siglo XXI, 1988.

CENEPRED. Informe de evaluación de riesgos por flujo de detritos en el area de influencia de las quebradas: Carossio y Libertad en el distrito de Lurigancho Chosica. Disponível em: <http://sigrid.cenepred.gob.pe/docs/PARA%20PUBLICAR/OTROS/EVAR.Chosica%20actualizado.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.

CEPAL. La elevada desigualdad en América Latina constituye un obstáculo para el desarrollo sostenible. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-la-elevada-desigualdad-america-latina-constituye-un-obstaculo-desarrollo> Acesso em: 23 set. 2019.

CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe (2018). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/44445> Acesso em: 1 set. 2019.

CISMID. Estudio de Microzonificación Sísmica y Vulnerabilidad en la Ciudad de Lima. Disponível em: <https://www.cismid-uni.org/nosotros-cismid/item/60-niveles-de-riesgo-para-la-ciudad-de-lima>. Acesso em: 15 nov. 2019

COMMONER, Barry. Ecology and social action, In: CONFERENCIA IMPARTIDA EM BERKELEY, 1973, Berkeley, California, Anais... Berkeley College of Natural Resources Disponível em: <http://www.philosophica.ugent.be/fulltexts/13-4.pdf> Acesso em: 23 set. 2019.

DAHER, H. A.; SANDOVAL L. A.. Habitat y ecología de la pobreza. Urbano, v. 19, n. 33, p. 6-13, 31 maio 2016. Disponível em: <http://revistas.ubiobio.cl/index.php/RU/article/view/2356> Acesso em: 03 out. 2019.

DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 2006

DE LA CRUZ, Luis. Las murallas de Lima en el proceso histórico del Perú: ensayo acerca de la historia y evolución urbana de la ciudad de Lima entre los siglos XVII y XIX. Lima: CONCYTEC, 2004.

DELGADO, Gian Carlo. Complejidad E Interdisciplina En Las Nuevas Perspectivas Socioecológicas: La Ecología Política Del Metabolismo Urbano. Letras Verdes. Revista Latinoamericana De Estudios Socioambientales, n. 17, p. 108-30, 2015 Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/letrasverdes/article/view/1442> Acesso em: 30 jun 2019.

DRIANT, Jean C. Las barriadas de Lima: Historia e interpretación. Lima: IFEA, Instituto Francés de Estudios Andinos, 1991.

FAJERSZTAJN, L.; VERAS, M.; SALDIVA, P. Como as cidades podem favorecer ou dificultar a promoção da saúde de seus moradores? Estudos Avançados, v. 30, n. 86, p. 7-27, 1 abr. 2016.

FREITAG, Barbara. Teorias da cidade. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006

FOVIDA. Levantamiento de información sobre vulnerabilidades de hombres y mujeres del distrito de San Juan de Miraflores frente al cambio climático. 2017. Disponível em: <https://fovida.org.pe/wp-content/uploads/2019/02/ESTUDIO-VULNERABILIDAD-SJM-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 01 dec. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil 2015. Disponível em: https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/publicacoes/deficit-habitacionalBrasil_2015.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de in – segurança e contenção/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HINTZE, Susana. Capital social y estrategias de supervivencia. Reflexiones sobre el "capital social de los pobres". In C. Danani (Comp.), Políticas sociales y economía social: debates fundamentales (19 Pág). Buenos Aires: UNGS-Fundación OSDE-Altamira, Colección de Lecturas sobre Economía Social. 2004.

IGP. Generación de modelos climáticos para el pronóstico de la ocurrencia del Fenómeno El Niño, 2014. Disponível em: http://www.met.igp.gob.pe/publicaciones/Divulgacion_PPR_El_Nino_IGP_201406.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

INEI PERU Instituto Nacional de Estadística e Informática. Lima alberga 9 millones 320 mil habitantes al 2018. Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/prensa/noticias/lima-alberga-9-millones-320-mil-habitantes-al-2018-10521/> Acesso em: 25 de mar. 2019.

INEI PERU Instituto Nacional de Estadística e Informática. CIFRAS DE POBREZA. Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/cifras-de-pobreza/>. Acesso em: 02 de set. 2019.

IZIGA, Roger. Perú: estructura urbana y proceso histórico social. Lima: Ediciones Atusparia, 1983.

JATOBA, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M.. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Soc. Estado., Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, Apr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de maio de 2019.

JONES, María. Antiguas y nuevas murallas de Lima. Espacio y subjetividad. Dissertação. Mestrado em Sociología, Mención en Estudios Políticos - Universidad Nacional mayor de San Marcos Facultad de Ciencias Sociales. Lima, 2013.

LEFEBVRE, Henri. Espaço y política. Barcelona, Ediciones Península. 1976/1983.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina. Un campo en construcción. POLIS, Revista Latinoamericana v. 1, n. 5 ,2003 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2798374>. Acesso em: 23 abr. 2019.

LIPIETZ, Alain. Ecología Política y Urbanismo. In: CONFERENCIA ORGANIZADA POR LA RED AGROECOLOGICA DE KUÑA PYRENDA, 2015 Asunción, Paraguay. Anais... Asunción Centro cultural de la República “El cabildo” Disponível em: http://lipietz.net/IMG/pdf/Asuncion_Def.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

LOJKINE, Jean. El marxismo, el estado y la cuestión urbana. México, 3° ed. Siglo XXI, 1986

MACDOWELL, Douglas. The Oikos in Athenian Law. The Classical Quarterly, v. 39, n. 1, 10-21, 1989.

MAR, José. Perú. Estado desbordado y sociedad nacional emergente. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2012.

MARICATO, Erminia. Metrôpole de São Paulo, entre o arcaico e a pós-modernidade. Em SOUZA, M. A. de et alii. Metrôpole e globalização. São Paulo, Cedesp, 1999

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002

MEJÍA, German. La aventura urbana de América Latina. Madrid: Fundación Mapfre, Taurus, 2013.

METZGER, P. *et al.* Atlas problemático de una metrópoli vulnerable. Desigualdades urbanas en Lima y Callao. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2015.

MINISTERIO DE CULTURA DEL PERÚ. Lima cartilla informativa sobre pueblos indígenas u originarios < <https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/MINCU%20cartilla%20Lima%202018.pdf> >. Acesso em: 08 de out. de 2018.

MORAES, Lucia Maria. A Segregação Planejada. Goiânia, Brasília e Palmas. 2a. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

MUNICIPALIDAD DISTRITAL DE SAN JUAN DE MIRAFLORES. Plan de desarrollo concertado 2012-2021 distrito de San Juan de Miraflores, 2012. Disponível em: http://www.imp.gob.pe/images/IMP%20-%20PLANES%20DE%20DESARROLLO%20MUNICIPAL/san_juan_de_miraflores_plan_de_desarrollo_concertado_2012_2021.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019

MUNICIPALIDAD METROPOLITANA DE LIMA. Área de conservación regional Lomas de Lima, 2019. Disponível em: <http://www.munlima.gob.pe/images/descargas/gerencias/GMA/AREA-DE-CONSERVACION-REGIONAL-LOMAS-DE-LIMA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

NUÑEZ Segundo; VASQUEZ Jenny. Primer reporte de zonas críticas por peligros geológicos en Lima Metropolitana. Lima: INGEMMET, 2009.

OBSERVATORIO DO TERCEIRO SETOR. Desigualdade e moradia popular. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/podcast/desigualdade-e-moradia-popular/>. Acesso em: 18 jan. 2020

OEFA. Reporte Estadístico I Trimestre – 2018. Disponível em: https://www.oefa.gob.pe/?wpfb_dl=27387. Acesso em: 30 nov. 2019

OFFEN, Karl. Historical Political Ecology: An Introduction. Historical Geography, v. 32, p.19-42, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281295240_Historical_Political_Ecology_An_Introduction_Historical_Geography_32_2004_19-42. Acesso em: 03 out. 2019

OMS. Calidad del Aire y Salud 2018. Disponible em: [https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/ambient-\(outdoor\)-air-quality-and-health](https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/ambient-(outdoor)-air-quality-and-health) Acesso em: 03 out. 2019.

ONU-Habitat. World Cities Report 2016. Disponible em: <http://wcr.unhabitat.org/> Acesso em: 04 out. 2019.

OPS. Nota de concepto hacia la eliminación de la defecación al aire libre en la región de las américas (2018). Disponible em: <http://www.paho.org/blogs/etras/wp-content/uploads/2018/11/Sesion-S02-b-Nota-de-concepto-Defecacion-Aire-Libre.pdf> Acesso em: 28 set. 2019.

PALACIO, C.; GERMÁN, A.. Breve guía de introducción a la Ecología Política (Ecopol): orígenes, inspiradores, aportes y temas de actualidad. Gestión y Ambiente, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 7-20, sep. 2006. ISSN 2357-5905. Disponible em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/gestion/article/view/49672>. Acesso em: 03 oct. 2019.

PANIAGUA, Luis. Condiciones Microclimáticas en las Lomas Costeras y Riesgos a la Salud de los pobladores en Lima Metropolitana. 2014. Disponible em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal16/Procesosambientales/Climatologia/14.pdf>. Acesso em: 03 oct. 2019.

PERU. TITULO IV de la estructura del Estado. Artículo 194°. Lima, 2005.

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

PNUMA. Metodologia para a elaboração de Relatórios GEO Cidades. 2004. Disponible em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4500775/mod_resource/content/1/356_Manual_GEO_Cidades_port.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

RAMOS, Gian Carlo Delgado.. Ciudad y Buen Vivir: ecología política urbana y alternativas para el bien común. Revista Theomai. n. 32, p. 36-56, 2015.

Disponível em: [http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO_32/3_GianCarloDelgadoRamos_\(theo32\).pdf](http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO_32/3_GianCarloDelgadoRamos_(theo32).pdf)
Acesso em: 12 jun. 2019.

RUIZ, G. Q.; RODRIGUEZ, V. F.. Hacia una ecología política de la urbanización en América Latina. *Ecología política*. n. 51, p. 43-51, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5605786> Acesso em 4 out. 2019.

SALAS, M. M.; CASTRO, F. S.. Segregación Urbana: un acercamiento conceptual. *Revista de Ciencias Sociales*. Universidade de Costa Rica, Costa Rica, n.61, p. 17-26, 1993.

SALGADO, M. et al. Segregación Socio-Ambiental en espacios urbanos. Estudio de caso en las comunas de Peñalolén. *Cuadernos de Trabajo*. v. 1, p.14-32 p, 2009. Disponível em: <http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/118082> Acesso em: 04 set. 2019.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009

SANTOS, Manuel. *Grupos sociales diferentes en aislamiento voluntario sobre la producción de nuevas formas de segregación socioespacial entre los distritos de Santiago de Surco y San Juan de Miraflores, (1970-2006)*. Monografía. Graduação em Geografia. Universidad Nacional Mayor de San Marcos Facultad de Ciencias Sociales. Lima, 2011.

SIERRA, A. et al. *Atlas problemático de una metrópoli vulnerable. Desigualdades urbanas en Lima y Callao*. Lima: IFEA, 2015.

SUNASS. *Comprar agua por camión cisterna cuesta 72 soles mensuales a familias limeñas*, 2016. Disponível em: <https://www.sunass.gob.pe/websunass/index.php/noticias/noticias-lima/item/844-sunass-comprar-agua-por-camion-cisterna-le-cuesta-72-soles-mensuales-a-familias-limenas>. Acesso em: 14 nov. 2019.

SWYNGEDOUW, E. E. U.; HEYNEN, N.; KAIKA, M.. Urban Political Ecology: Politicizing the Production of Urban Natures. In: In the Nature of Cities – Urban Political Ecology and the Politics of Urban Metabolism. Routledge, 2006.

UNCETA e RIVERO. La Ciudad de las Laderas. Lima: PUCP - Fact. de Arquitectura y Urbanismo, 2017.

VELA, Daniela. Análisis de soluciones para la acumulación de basura en Lima metropolitana y Callao. Monografía. Graduação em Economia. Universidad de Piura. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Lima, 2019

VIEIRA, A. B.; MELAZZO, E. S.. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. Revista Formação (Online). v. 1, n. 10, p 161-173, 2003. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118> Acesso em: 04 set. 2019.

WIESE, C.; MIYASHIRO, J., MARCES, R.. Desigualdad urbana en Lima Metropolitana. In: JUNGBLUTH M., Werner (org.). Perú Hoy Hoy, Desigualdad y desarrollo. Lima: desco, 2016. p. 333-368 Disponível em: <http://www.desco.org.pe/desigualdad-y-desarrollo-serie-peru-hoy-n%C2%BA-30-diciembre-2016>. Acesso em: 01 dec. 2019.